AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 36 | Nº 09 | SETEMBRO 2016 | R$ 15,00

CONFINAMENTO

PARA GARANTIR LUCRO, ALÉM DE CONTROLAR CUSTOS, É FUNDAMENTAL TRAVAR O PREÇO DE VENDA



FGV EESP
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

ISSN 0100-4298

CANACAMPO-USINA CORURIPE
EXEMPLO DE ORGANIZAÇÃO E CRIATIVIDADE DEFINE PARCERIA COM EQUILÍBRIO

LEI DE IMPORTAÇÃO
ALIMENTOS DESTINADOS A FEIRAS NÃO PAGAM IMPOSTOS NO BRASIL

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Eduardo M. Krieger, Estado do Rio Grande do Sul, Estado da Bahia, Luiz Chor, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A), Orlando dos Santos Marques (Publicis Brasil Comunicação Ltda), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A), José Carlos Cardoso (IRB-Brasil Resseguros S.A), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior, Willy Otto Jordan Neto
Suplentes: José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Ildefonso Simões Lopes (Brookfield Brasil Ltda), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Clóvis Torres (VALE S.A.), Rui Barreto, Sergio Lins Andrade, Victório Carlos De Marchi

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cleber Guarany, Gustavo Diniz Junqueira, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Redator: Paulo Roque
Capa: Luísa Pinheiro Ulhoa Tenório
Projeto Gráfico: Maria João Macedo [Atelier Lola]
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial/Assinatura: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

Acesse o site
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine a publicação que melhor acompanha o agronegócio

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

ESPERANDO AS MUDANÇAS

COM A definição do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, deverá haver uma ação mais agressiva do governo Temer, agora não mais interino. As medidas mais drásticas de ajuste fiscal serão empurradas. A ***Agroanalysis*** acredita que o presidente Temer terá força política para passar suas medidas pelo Congresso. Com isso, os investimentos voltam e a economia destrava.

A inflação mostra trajetória de queda, e o dólar fica mesmo na faixa atual. Os dois grandes problemas serão as reformas da previdência e trabalhista, ambas fundamentais para o País. Teremos meses emocionantes à frente.

No campo, para este ano, as estimativas de lucro com o confinamento de bovinos, para a entrega do animal terminado em novembro próximo, estão sendo revisadas para baixo com a pressão de baixa no mercado físico. Isso reflete as quedas nas cotações da arroba no mercado futuro. Diante desse cenário, vale a pena fazer a conta, apurar o custo e o resultado da fazenda e comparar ao custo de oportunidade de outros investimentos. O risco de mercado está grande, a começar pela margem das indústrias, ineditamente baixa. Isso, certamente, reduzirá o espaço de alta para a arroba e pode até imprimir preços abaixo dos projetados no futuro.

A eficiência da relação entre os fornecedores de cana e a indústria processadora é fundamental para a competitividade do agronegócio brasileiro. A assimetria de poder e a dificuldade em compartilhar informações sobre a qualidade da matéria-prima requerem o desenvolvimento de formas de coordenação que permitam uma relação mais harmônica entre as partes. O caso da parceria entre a usina Coruripe e os fornecedores de cana da CANACAMPO no município de Campo Florido, no estado de Minas Gerais, é um exemplo nessa direção, de modo a garantir um maior equilíbrio de forças entre os participantes.

Em um país de dimensões continentais como o Brasil, economias com logística representam um diferencial significativo para as cadeias de grãos. As grandes áreas de produção se encontram distantes dos principais portos. Com baixa capacidade para estocagem dentro das propriedades agrícolas, os produtores precisam escoar as suas safras após a colheita, com maiores riscos de não aproveitarem o melhor preço de venda do grão e, ainda, pagarem valores de pico para o frete rodoviário. A comercialização da soja na safra 2014/15 na região do município de Sorriso, no estado do Mato Grosso, mostra a vantagem dos produtores que possuem condições de realizar a sua armazenagem.

No mundo das relações comerciais, é importante entender se as regras brasileiras à importação poderiam desestimular os fabricantes de alimentos estrangeiros a trazerem seus produtos para o Brasil com o objetivo de exporem em feiras e outros eventos do setor. No geral, a legislação nacional é satisfatória. A prova disso é a constante busca do nosso País como local para exposições e feiras internacionais. No caso da carga tributária sobre a importação de produtos alimentícios, para fins de comercialização no País, por exemplo, ela é de 35%, em média, podendo chegar a até 45% do valor do produto. No entanto, a legislação brasileira garante o ingresso de produtos alimentícios no Brasil sem

que haja recolhimento de tributos pela importação, desde que o objetivo seja sua exposição em feiras.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), outros institutos de pesquisa e universidades têm realizado esforços para disponibilizar conhecimentos, informações e tecnologias para planos do governo federal e para os agricultores. Estes esforços visam à sustentabilidade econômica, ambiental e social dos sistemas de produção agrícola. No MAPITOBA, inúmeras são as ações desenvolvidas, destacando-se as relacionadas às geotecnologias, que englobam os sistemas de informações geográficas (SIG), os sistemas de posicionamento global (GPS) e o sensoriamento remoto por meio de imagens de satélite.

O crescimento dos mercados mundial e brasileiro de produtos biológicos destinados à agricultura é uma constatação real das empresas de pesquisas. No Brasil, a expectativa é manter essa curva ascendente com espaço para um incremento ainda maior. Desde 2010, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) incentiva os biológicos, com a promoção de eventos e o deslocamento de técnicos exclusivamente dedicados ao registro. A sua participação passou de 7% para 60% em comparação à quantidade de defensivos convencionais registrados. O Caderno Especial da Associação Brasileira das Empresas de Controle Biológico (ABCBio) traz informações preciosas sobre a evolução desse mercado.

Para encerrar, outro Caderno Especial analisa os momentos críticos e os enfoques estratégicos da cadeia produtiva da suinocultura desde o final do século passado. Em todo esse período, com ganho de escala e tecnologia, o setor sempre buscou aproveitar as oportunidades de negócio nos mercados interno e externo. O estágio atual é de alto padrão tecnológico e de gestão. A sua singularidade tecnológica requer investimentos cada vez mais elevados em instalações e equipamentos. Por sua vez, há todo um capital de giro para tocar os custos correntes de produção e manutenção de bens fundiários. ■



SUMÁRIO

04 EDITORIAL

07 ABRE ASPAS

07 ENTREVISTA
JOSÉ BOTAFOGO GONÇALVES
A AGRICULTURA E A FORMAÇÃO DO BRASIL

11 FRASES & COMENTÁRIOS

12 MACROECONOMIA
POLÍTICA ECONÔMICA EM BANHO-MARIA

14 AGRODROPS

18 MERCADO & NEGÓCIOS

18 CAPA CONFINAMENTO DE BOVINOS EM 2016
QUEDA DA ARROBA DERRUBA O LUCRO

20 CÉLULA A COMBUSTÍVEL MOVIDA A ETANOL
A GRANDE INOVAÇÃO

23 POLÍTICA AGRÍCOLA

23 CAPA IMPORTAÇÃO DE ALIMENTOS
A LEGISLAÇÃO A FAVOR DA REALIZAÇÃO DE FEIRAS NO BRASIL

26 GESTÃO

26 FRAGILIDADE NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO
GESTÃO DA ARMAZENAGEM

28 CAPA FORNECIMENTO DE CANA-DE-AÇÚCAR
COMPLEMENTANDO O CONSECANA

30 CONTEÚDO ESPECIAL

30 ABCBIO
INCENTIVOS AOS PRODUTOS BIOLÓGICOS

37 SUINOCULTURA
A MARCHA DA CONSOLIDAÇÃO

44 FAESP
ÁGUA E AGRICULTURA

45 ANDEF
SEGURANÇA ALIMENTAR DO CAMPO À MESA

46 COLUNAS

46 DIÁRIO DE BORDO
BRASILEIROS!

47 PRODUZIR
UMA NOVA MARCA PARA O AGRO BRASILEIRO

48 OPINIÃO
A DIMENSÃO DA AGROPECUÁRIA PAULISTA

49 REFLEXÃO
LIDERAR E TER PROTAGONISMO

50 ESTATÍSTICA

A AGRICULTURA E A FORMAÇÃO DO BRASIL

JOSÉ BOTAFOGO GONÇALVES

EX-EMBAIXADOR E VICE-PRESIDENTE EMÉRITO DO CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (CEBRI)

DA REDAÇÃO

O diplomata foi ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo do Brasil durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Além disso, foi embaixador na Argentina de 2002 a 2004.

AGROANALYSIS: NA HISTÓRIA DA INTEGRAÇÃO TERRITORIAL DO PAÍS, HÁ UMA LIGAÇÃO COM A AGRICULTURA?

JOSÉ BOTAFOGO GONÇALVES: Na sua política de expansão marítima, Portugal tinha como objetivo abastecer-se de matérias-primas, especiarias e metais preciosos de origens asiática e africana. A extração do pau-brasil foi a primeira atividade agrícola no País, embora de caráter puramente extrativo. Já a cana-de-açúcar é o primeiro exemplo de cadeia global de valor ocorrido no hemisfério ocidental, tendo a internacionalização dos elos de produção garantido a competitividade do produto final no mercado europeu.

A história da pecuária bovina foi importante no movimento rumo ao oeste da colonização a partir da costa nordeste, passando pela Bacia do rio São Francisco, até as áreas populacionais ligadas à extração de ouro de Minas Gerais. No final do século XX, veio a vertiginosa expansão da soja. De comum entre esses produtos, havia o mito de o Brasil caminhar para a monocultura, com uma narrativa baseada em preconceitos culturais e políticas apoiadas em pedaços da realidade visual.

A AGRICULTURA SEMPRE ATENDEU A DEMANDA DO BRASILEIRO?

JBG: Desde o século XVI, a agricultura brasileira, impulsionada por colheitas de exportação, soube responder à demanda interna. Havia uma oferta diversificada de alimentos vegetais e animais, alguns já utilizados pelas tribos indígenas, porém a maioria trazida da Europa e da Ásia. As comidas e as bebidas eram produzidas a partir de matérias-primas da agricultura tropical, como a cana-de-açúcar, o milho, a mandioca e os animais de pequeno porte.



> “PRECISAMOS DE PESSOAS QUE NOS FALEM COM MAIS FREQUÊNCIA DA DINÂMICA REALIDADE DA AGROINDÚSTRIA BRASILEIRA.”

Ao longo dos séculos XIX e XX, essa fonte pródiga não só prosseguiu, como ganhou velocidade, tendo sido expandida por áreas antes desocupadas. Hoje, é fonte de inspiração dos modernos chefes de cozinha de todo o mundo, atrás do valor comercial da chamada gastronomia “*fusion*”. O monopólio do comércio pela Coroa Portuguesa não impediu a carne-seca, que matava a fome do escravo e que tinha sua origem no Pampa argentino, por meio do modal de transporte da época, o lombo do burro, via o “*hub*” atacadista de Sorocaba.

PODER-SE-IA DIZER QUE A “MALDIÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS” E A DOENÇA HOLANDESA SÃO APLICÁVEIS AO BRASIL?

JBG: A literatura econômica trata o conceito de “maldição dos recursos naturais” para explicar o fraco desempenho de certos países muito dependentes de matérias-primas. Se olharmos para o ciclo do ouro, a resposta parece positiva. Os recursos gerados pela exportação dos metais preciosos foram parar na Europa. Mas, existem argumentos opostos: parte do metal fugia do controle real e financiava o desenvolvimento do interior do País.

Existe a afirmação de que a recessão econômica primariza a atividade econômica e afasta o Brasil do desenvolvimento. Isso sugere que as atividades ligadas à agricultura e à mineração carecem de agregação de valor e produtividade. Exportar *commodities* e matérias-primas significa gerar receitas em moeda forte e provocar a sobrevalorização do câmbio, a chamada doença holandesa. Quanto aos recursos gerados na exportação, é bom sempre pensar se o Brasil sempre esteve imune à doença holandesa ou não.

QUAL É A IMPORTÂNCIA DO CAFÉ NO BRASIL MODERNO?

JBG: Nenhum outro produto agrícola teve mais impacto na formação do Brasil moderno do que o café. A sua grande contribuição não se deu na expansão da atividade agrícola, mas na nossa industrialização. O café entrou no Brasil contrabandeado da Guiana Francesa e rumou em direção ao sul, encontrando no Vale do Paraíba seu terreno ideal de produção, colheita e exportação. O seu comércio exportador trouxe os recursos financeiros para modificar o modelo agrícola de produção e construir a indústria.

Com a infraestrutura ferroviária implantada a partir do século XIX, houve a ocupação do Planalto Brasileiro até o cume da Serra da Mantiqueira. Isso deu origem a uma cultura em diversos planos artísticos, como música, escultura, pintura, arquitetura e literatura regionalista. Depois de migrar bastante, a cafeicultura conforma-se à realidade agronômica e climática. A substituição da cultura da quantidade pela da qualidade é um fenômeno que, felizmente, vem se acelerando, para benefício de todos os consumidores.

A RELAÇÃO DO ESTADO COM A AGRICULTURA MUDOU NOS ANOS 90 DO SÉCULO PASSADO?

JBG: Faz parte da história econômica do Brasil o intervencionismo estatal na produção e na comercialização da borracha, do cacau, da cana-de-açúcar, além do café. Com a pretensão de “organizar” os mercados interno e externo, os métodos usavam subsídios e taxações. Os recursos públicos eram gastos de maneira pouco eficiente. Mas, as crises fiscais do Estado fecharam o Instituto Brasileiro do Café (IBC), o Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) e outros congêneres no cacau, na borracha e no trigo.

Com o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), houve a liberalização regional do comércio de produtos importantes. Para fazer o pão, trazemos até hoje a farinha de outro país. O frango tornou-se a proteína animal mais barata do mundo. A maçã catarinense superou em qualidade a argentina. Os vinhos chilenos e argentinos transformaram a indústria vinícola gaúcha. A indústria queijeira de Minas Gerais, com as tecnologias estrangeiras, passa a produzir *grana padano*, parmesão, gorgonzola, *brie*, *gouda*, *roquefort*, caprinos etc. Temos outros exemplos. Com isso, as crises de abastecimento de alimentos no mercado interno brasileiro cessaram.

POR ESSA RAZÃO, ACHA QUE A MODERNIZAÇÃO DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA NÃO FOI NOTADA POR MUITA GENTE?

JBG: De fato, esse espetacular progresso do agronegócio brasileiro ocorreu sem invencionices retórico-populistas. Não houve nacionalização das cadeias produtivas, exigência de conteúdo local, apoio financeiro a campeões nacionais e subsídio à pecuária, dentre outros. O financiamento da produção dá-se, principalmente, pelo acesso de milhares de produtores ao crédito rural.

Não se trata de propaganda neoliberal. O Estado reservou para si o papel insubstituível em dois fatores: a incorporação de ciência e tecnologia por meio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e das instituições de extensão rural e o financiamento na base da pirâmide produtiva. No campo dos insumos agrícolas, prevalece a internacionalização da cadeia, seja nos aspectos científicos ou na comercialização internacional. Precisamos de pessoas que nos falem com mais frequência da dinâmica realidade da agroindústria brasileira.

ESSA SEPARAÇÃO ESQUEMÁTICA ENTRE SETORES AGRÍCOLA E INDUSTRIAL AINDA FAZ SENTIDO?

JBG: No século XXI, a estanqueidade destes setores perde cada vez mais atualidade. No caso da indústria de papel e celulose, a matéria-prima é a árvore originária de floresta plantada até em áreas degradadas. Serve para a produção de carvão vegetal usado na siderurgia. Ajuda na retenção do carbono, e o descarte do papel e do papelão é biodegradável. É uma lógica da sustentabilidade contrária à lenda dos malefícios das plantações de eucaliptos, chamadas de "deserto verde".

A cadeia de produção agropecuária assemelha-se à cadeia de valor industrial. Com o couro de boi, tanto se faz um tambor, como uma bolsa Louis Vuitton. A palma produz o dendê da peixada ou o óleo lubrificante de foguetes interplanetários. O cafezinho que as pessoas tomam às pressas próximo a suas casas se converte no Starbucks. Fica uma diferença fundamental entre indústria e agricultura. Na primeira, os fatores produtivos podem ser localizados em qualquer lugar do globo. Já tudo que mate a fome de uma crescente população só é produzido onde há terra, água e sol.

POR QUE AINDA POUCOS SE ORGULHAM DA AGRICULTURA NO PAÍS?

JBG: Temos duas respostas. Em primeiro lugar, o trabalho escravo adotado que vai do século XVI até o fim do século XIX. A mão dos escravos construiu o Brasil. O lado positivo deste processo foi a ascensão da classe de renda do nível D e E para o nível C e B, com a formação de uma nova geração de trabalhadores (pedreiros, carpinteiros, serralheiros, mestres de obras, bombeiros, tratoristas etc.). Boa parte desta gente já tinha o nível médio educacional concluído ou por concluir.

> "A CADEIA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ASSEMELHA-SE À CADEIA DE VALOR INDUSTRIAL."

A segunda resposta decorre da distorcida visão cultural de que a civilização e o clima tropical eram inimigos natos. Ser civilizado era copiar o modo de viver dos europeus. O Brasil está construindo com grande esforço uma agricultura tropical civilizada. É um grande preconceito ignorar a cadeia produtiva praticada pela moderna agricultura tropical do País, com insumos importados e nacionais. Como sempre ajudou a construir o Brasil moderno, a agricultura servirá para a recuperação da nossa cambaleante e pouco produtiva economia.

ESSE PROCESSO DE OCUPAÇÃO DE ÁREA AINDA PROSSEGUE FORTE NO BRASIL?

JBG: Assistimos ao desenvolvimento de um novo Brasil. A sofisticação tecnológica da produção rural fica cada vez mais intensiva e menos extensiva. Esse modelo viabiliza-se com centros urbanos modernos de qualidade nos serviços superior à média nacional. Com isso, atrai novos moradores, recrutados entre o pessoal de nível superior formado nas universidades do Sudeste brasileiro. Achamos que ainda é cedo para avaliar o impacto desses novos núcleos urbanos na vida da Federação brasileira.

> “...A AGRICULTURA SERVIRÁ PARA A RECUPERAÇÃO DA NOSSA CAMBALEANTE E POUCO PRODUTIVA ECONOMIA.”

A soja e o minério de ferro salvam o Brasil da debacle provocada pelas ameaças de recessão econômica nacional e mundial. Mais relevante do que a receita em moeda forte trazida por estes produtos, parece ser o fluxo migratório para o Centro-Oeste dos últimos decêndios. Trata-se de um elemento importante da formação miscigenada da nacionalidade brasileira, padrão étnico que já chamava a atenção de José Bonifácio no início do século XIX. No final do século XX, o Brasil do Tratado de Santo Ildefonso tornou-se uma realidade econômica. ■



FRASES & COMENTÁRIOS

"A nova política nacional para o sistema de defensivos agrícolas deverá privilegiar a transparência e a rapidez no registro de produtos."

LUIZ NISHIMORI, deputado (PR-PR), relator da Comissão Especial que Regula Defensivos Fitossanitários da Câmara dos Deputados e relator da comissão que analisa a reforma da Lei dos Agrotóxicos (Lei nº 7.802/89)

"Procuramos harmonizar as leis já existentes que limitavam a extensão do prazo apenas para os agricultores familiares na inscrição do Cadastro Ambiental Rural (CAR)."

WELLINGTON FAGUNDES, senador (PR-MT) e membro da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), que elaborou o relatório inserido na Medida Provisória nº 724, para prorrogar o prazo até 5 de maio de 2017 para a inscrição no CAR de todos os produtores

"A saída de grãos pelos portos do Arco Norte chegará a 26 milhões de toneladas neste ano, contra 19 milhões no ano passado. Isso se deve ao aumento da capacidade de embarque por Miritituba e Itaqui."

EDEON VAZ FERREIRA, coordenador executivo do Movimento Pró-Logística de Mato Grosso



ANA AMELIA LEMOS.COM.BR

"O ministro do MAPA, Blairo Maggi, quando não sabe, vai e busca conhecimento. Isso é comprometimento. Ele sabe que o agronegócio carrega o Brasil nas costas."

ANA AMÉLIA LEMOS, senadora (PP-RS)

"O agronegócio está começando a mostrar a sua importância e o caminho para a saída da crise do Brasil."

MARCOS MONTES, deputado federal (PSD-MG) e presidente da FPA

"A dimensão do agronegócio deu grandeza ao País. O Brasil entrou em recessão, mas o agro continuou crescendo, apesar de não manter os patamares anteriores."

MARCOS AZAMBUJA, ex-embaixador do Brasil na França e na Argentina

Depoimentos no 15º Congresso Brasileiro do Agronegócio (CBA)

"Apesar de sermos o principal fornecedor de alimentos à União Europeia (UE), há barreiras tarifárias, sanitárias e fitossanitárias que restringem as nossas exportações. Precisamos ampliar o acesso de produtos agropecuários ao mercado europeu e concluir o acordo de livre-comércio entre MERCOSUL e UE."

JOÃO MARTINS, presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em encontro com o novo embaixador brasileiro junto à UE, Everton Vieira Vargas



DIVULGAÇÃO CNC

"Importar grãos de café pode ocasionar a entrada de pragas já erradicadas no País. Muitos países não seguem as mesmas regras trabalhistas e ambientais do Brasil. É um perigo e risco fitossanitário para a cafeicultura e outras culturas."

SILAS BRASILEIRO, presidente do Conselho Nacional do Café (CNC)

POLÍTICA ECONÔMICA EM BANHO-MARIA

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

A POLÍTICA econômica brasileira permaneceu em banho-maria ao longo dos últimos meses. De fato, desde o afastamento da presidente Dilma Rousseff em maio deste ano, poucos avanços foram cristalizados em termos de mudanças efetivas no panorama da nossa economia.

A interinidade de Michel Temer na Presidência da República nesse período tem sido vista com alguma benevolência por economistas, pelo empresariado e pelos mercados. Isso se deve, em parte, ao excelente nível da equipe econômica que passou a compor o governo, que tem mostrado disposição maior em controlar a inflação e ajustar as contas públicas. A benevolência por parte dos agentes econômicos tem se dado mesmo ante um quadro fiscal relativamente inalterado e significativamente deteriorado.

De fato, desde que assumiu interinamente, Michel Temer tem mostrado maior disposição em controlar as contas públicas brasileiras. Esse tem sido um contraponto positivo em relação ao desastre fiscal que vinha sendo imposto pelo governo Dilma Rousseff desde o seu primeiro mandato. Nesse caso, pouco poderia ser feito ante o quadro



SHUTTERSTOCK

fiscal em ruínas herdado. O governo assumiu esse prejuízo, procurando delinear uma nova estratégia para o ajuste fiscal.

Ajustar as contas públicas usualmente não é uma tarefa fácil em um contexto de crescimento econômico. Realizar isso em um cenário de recessão profunda, como o que a economia brasileira vivencia neste momento, mostra-se duplamente desafiador. A amplitude dessa problemática pode ser exacerbada pelo fato de que, em um ambiente de contração da atividade econômica e da renda, a arrecadação tende a cair em todos os níveis de governo. Ao mesmo tempo, o desaquecimento da economia e o aumento do desemprego ampliam as demandas por aumentos de gastos frente a uma situação potencialmente crítica do ponto de vista social.

O regime da interinidade do ponto de vista do governo, de fato, tem limitado o escopo de ação da política econômica ao longo dos últimos meses. Embora seja reconhecida a necessidade de reformas da previdência em regime de urgência, seria pouco razoável imaginar que este tema seria levado adiante sem que o governo transitasse de interino para definitivo. O mesmo vale para outros temas sensíveis do ponto de vista fiscal, que se encontram na agenda de trabalho do governo e que devem ser colocados em pauta mais adiante.

Não tem sido uma tarefa fácil para o governo tentar construir um mínimo de direcionamento de ajuste das contas públicas: as pressões por reajustes salariais de servidores públicos pululam a todo momento, ao mesmo tempo em que pressões por novos gastos surgem de forma recorrente. O governo tem tentado driblar esses problemas, procurando contorná-los politicamente.

A saída para esse confronto, esboçada pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, de aumentar impostos e/ou contribuições, não foi aceita pela sociedade brasileira, que mostra maior relutância em ver novos aumentos de tributos sem uma contrapartida efetiva de ajuste do lado dos gastos do governo. Propor a recriação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) mostrou-se uma iniciativa extremamente infeliz do ministro, e a sociedade espera que o governo opte pelo ajuste não pelo aumento da carga de impostos, e sim pelo corte de gastos.

Dados esses elementos, fica claro que a boa vontade dos agentes quanto ao governo Temer tem prazo de validade definido. A disposição e a reorientação das diretrizes de política econômica a partir da mudança de governo procedida em maio deste ano tiveram impacto positivo. A sociedade permaneceu em "modo de *stand by*" ao longo dos últimos meses. As expectativas são de que, uma vez que ocorra o desfecho político, com o encerramento do capítulo final do processo de *impeachment*, o governo assuma em definitivo as rédeas da política econômica e inicie, de fato, o processo de ajustes necessários na economia brasileira.

Isso significa que a política econômica e as propostas na área econômica deverão sair do banho-maria nos próximos meses e que o governo deverá agir no sentido de sua efetiva implementação. Caso contrário, ocorrerá uma crescente frustração da sociedade, o que fatalmente levará a uma "fervura" política do governo no médio prazo. ■

AGRODROPS

CORRESPONDÊNCIAS PARA ESTA SEÇÃO DEVEM SER ENVIADAS PARA O E-MAIL AGRODROPS@AGROANALYSIS.COM.BR

SELEÇÃO DOS ADIDOS AGRÍCOLAS

Foram divulgadas as novas regras para a seleção de adidos agrícolas nas missões diplomáticas brasileiras no exterior. Os cargos deverão ser ocupados por servidores de carreira do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Atualmente, o Brasil possui adidos agrícolas em oito países/blocos: Argentina (em Buenos Aires), Estados Unidos (Washington), União Europeia (em sua capital, Bruxelas), China (Pequim), Rússia (Moscou), África do Sul (Pretória), Organização Mundial do Comércio – OMC (em sua sede, Genebra) e Japão (Tóquio). Agora, este número vai subir para 25.



REALOCAÇÃO DOS RECURSOS PARA SEGURO RURAL

O Comitê Gestor Interministerial do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) realocou recursos do seguro rural da safra de 2016/17 da verba inicial destinada às culturas de inverno para o grupo de grãos de verão. Esse valor adicional permitirá apoiar quase 40 mil apólices em todo o País, com benefício direto aos produtores de soja e milho principalmente.

NOVA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS
(R$ MILHÕES)

GRUPO	Antes	Nova distribuição
Grãos de inverno	R$ 158	R$ 110
Grãos de verão	R$ 142	R$ 190
Frutas	R$ 80	R$ 80
Outros	R$ 20	R$ 20
Total	**R$ 400**	**RS 400**

Fonte: Comitê Gestor Interministerial do Crédito Rural

SHUTTERSTOCK



CARNE BOVINA PARA OS ESTADOS UNIDOS

Depois de dezessete anos de negociação, foi concluído o acordo dos governos brasileiro e norte-americano para o comércio de carne bovina *in natura*. O pacto envolveu a troca de documentos sobre equivalência de controles de carne bovina. Com isso, o Brasil poderá negociar com países mais exigentes, como Japão, Coreia do Sul, Canadá e México. Estes destinos empregam o padrão norte-americano de sanidade. Maior importador do produto nacional, os EUA já compravam carne industrializada do Brasil.

Agora, o Brasil faz parte da cota dos países da América Central, de 64,8 mil toneladas anuais, com tarifa de 4% e 10%, conforme o corte da carne. Nas exportações sem limite de quantidade, a tarifa é de 26,4%. Com frigoríficos habilitados a exportar carne *in natura*, têm-se quatorze estados (Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins) e o Distrito Federal.

PRIORIDADE PARA REGISTRO DE DEFENSIVOS

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) definiu oito pragas de maior risco fitossanitário que terão prioridade na análise e no registro de defensivos, de acordo com a Portaria nº 82, de 12 de agosto de 2016, assinada pela Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA).

PRIORIDADE PARA ANÁLISE E REGISTRO DE DEFENSIVOS

DOENÇAS	CULTURAS
I – Ferrugem da soja	Soja
II – Mofo branco	Soja, feijão e algodão
III – *Helicoverpa armigera*	Soja
IV – Mosca branca	Feijão, tomate, melão e soja
V – Nematoides	Soja
VI – Broca-do-café	Café
VII – Ervas daninhas	Soja, algodão e feijão
VIII – Bicudo-do-algodoeiro	Algodão

NOVO CICLO PECUÁRIO

Com a queda de consumo e as exportações mais lentas de carne bovina, os frigoríficos enfrentam problemas para escoar a produção e pressionam para baixo os preços do boi gordo. Por outro lado, a menor oferta de animais terminados não provoca forte depreciação da arroba. Grande indicador da mudança do ciclo de alta para o de baixa nos preços pecuários, depois de dois anos de alta, o valor do bezerro estacionou. O aumento de matrizes retidas deve gerar mais animais desmamados, enquanto a conjuntura do consumo interno depende do ritmo da economia.

UNICA
UNIÃO DA INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇÚCAR

APOIO AOS BIOCOMBUSTÍVEIS RENOVÁVEIS

A proposta da Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA, na sigla em inglês) prevê o consumo de 750 milhões de etanol avançado para 2017. Como o etanol de cana é considerado combustível avançado, a União da Indústria da Cana-de-Açúcar (UNICA) solicita à EPA medidas para aumentar a importação de biocombustíveis renováveis de baixo carbono. Nos últimos quatro anos, cerca de 4,5 bilhões de litros de etanol brasileiro encheram os tanques dos carros americanos: a média anual foi de 1,13 bilhão de litros.



SHUTTERSTOCK

TAXA VERDE NA GASOLINA

Tributo especial de competência exclusiva da União, a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) foi criada pela Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, na presidência de Fernando Henrique Cardoso. Seu objetivo era financiar a construção de estradas. De 2002 a 2015, a participação da CIDE no preço de bomba da gasolina C caiu. Como isso reduziu a competitividade em preço do etanol, esta cadeia produtiva foi muito prejudicada. O setor sucroalcooleiro defende a proposta de transformar a CIDE em uma *green tax* ("taxa verde"), já existente em outros países, como forma de beneficiar os combustíveis renováveis e taxar mais os poluentes.

BRASIL: TAXAÇÃO DA CIDE NO PREÇO DE BOMBA DA GASOLINA

Janeiro de 2002	13,58%
Abril de 2008	8,41%
Junho de 2012	2,64%
Junho de 2015	2,21%

Fonte: IBRE; FGV

APAGÃO NO ESTOQUE DE SUCO DE LARANJA

BRASIL: ESTOQUE DE SUCO DE LARANJA

ANO	MIL TONELADAS*
2010	249
2011	214
2012	662
2013	766
2014	534
2015	510
2016	352

* Convertidas em FCOJ equivalente a 66 °Brix
Fonte: CitrusBR

O cenário é de preços altos na caixa da laranja, que dobrou para R$ 22 em comparação a setembro de 2015. A tonelada do suco foi de US$ 1.800 para US$ 2.300 e ruma mais para cima. Esta elevação pode provocar mais queda no consumo mundial. Devido a problemas climáticos, a safra nacional de laranja deverá ter outra quebra seguida e ficar em 246 milhões de caixas (queda de 18% em comparação à anterior), segundo a Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos (CitrusBR). Com isso, a produção brasileira de suco ficará em 708 mil toneladas, contra uma demanda de 1,08 milhão de toneladas. Pela primeira vez na história do País, os estoques brasileiros de suco de laranja deverão estar praticamente zerados em junho 2017, segundo Ibiapaba Netto, diretor executivo da CitrusBR.



SHUTTERSTOCK

ACORDO DO CLIMA FIRMADO EM PARIS (COP-21)

A Câmara dos Deputados aprovou o projeto de decreto legislativo que atesta que o Brasil é signatário do acordo do clima firmado em Paris (COP-21), em que se compromete a limitar o aumento da temperatura média global a 2 °C. Entre os compromissos assumidos, estão a restauração e o reflorestamento de 12 milhões de hectares previstos no novo Código Florestal, a recuperação de 15 milhões de hectares de pastagens degradadas e a integração de outros 5 milhões de hectares de lavoura-pecuária-floresta. Com tramitação em regime de urgência, o texto ainda precisará ser apreciado pelo Senado, onde deverá ser relatado pela senadora Kátia Abreu.

CARNE BOVINA NA COTA 481

O Brasil pleiteia participar do chamado grupo de High Quality Beef (Carne de Alta Qualidade), criado em 2009, que contempla um volume de 48,2 milhões de toneladas. Conhecida como Cota 481, a União Europeia estabeleceu este regime como forma de compensação aos Estados Unidos, após a vitória deste país no painel contencioso dos hormônios na Organização Mundial do Comércio (OMC). Além dos americanos, Austrália, Argentina, Canadá e Uruguai também possuem acesso à cota. Os animais devem ser abatidos até os trinta meses de idade após serem alimentados nos últimos cem dias com dieta de alta densidade energética, com 62% de grãos concentrados.

CENÁRIO PROMISSOR



A agropecuária brasileira tem um cenário promissor, segundo o estudo Brasil Projeções do Agronegócio 2015/16 a 2025/26. O trabalho é feito anualmente por técnicos da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SPA/MAPA) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). A safra de grãos e a produção de carnes puxam esse crescimento. Esta expansão da agropecuária exigirá investimentos em infraestrutura, pesquisa e financiamento. A produtividade, aliada aos mercados interno e externo, continuará como o principal fator a impulsionar o crescimento da produção agrícola.

BRASIL: EXPANSÃO DA AGROPECUÁRIA

	2015/16	2025/26	Var. %
Produção de grãos (milhões de toneladas)	196,5	255,3	29,9
Área de grãos (milhões de hectares)	58,2	65,6	12,7
Produção de carnes (milhões de toneladas)	19,3	24,4	12,7
Área plantada (milhões de hectares)	72,1	83,1	15,2

Fonte: MAPA

CONFINAMENTO DE BOVINOS EM 2016

QUEDA DA ARROBA DERRUBA O LUCRO

ALEX SANTOS LOPES DA SILVA
Zootecnista da Scot Consultoria

GUSTAVO ADOLPHO MARANHÃO AGUIAR
Zootecnista da Scot Consultoria

RAFAEL RIBEIRO DE LIMA FILHO
Zootecnista da Scot Consultoria

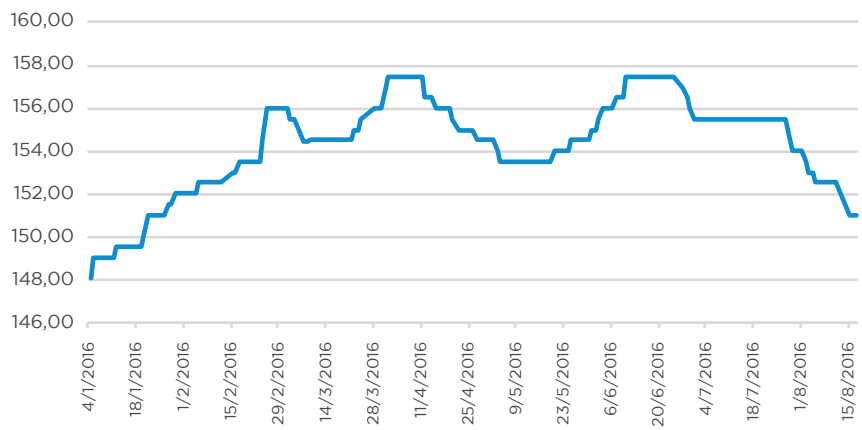
AS ESTIMATIVAS de lucro com o confinamento de bovinos em 2016, para a entrega do animal terminado em novembro próximo, foram revisadas para baixo com a pressão de baixa no mercado físico, que se reflete em quedas nas cotações da arroba no mercado futuro. O lucro da atividade é estimado em R$ 6,77 por cabeça.

Diante desse cenário, vale a pena fazer a conta, apurar o custo e o resultado da fazenda e comparar ao custo de oportunidade de outros investimentos. Mas, o mais importante é somente decidir pelo confinamento se se utilizarem ferramentas de trava de preços. O risco de mercado em 2016 está grande, a começar pela margem das indústrias, ineditamente baixa. Isso, certamente, reduzirá o espaço de alta para a arroba e pode até imprimir preços abaixo dos projetados no futuro.

Historicamente apertadas, as margens da indústria frigorífica geram pulos e falhas nas escalas de abates. Isso diminui a demanda por boiadas e colabora com esse cenário de baixa nos preços em plena entressafra, mesmo sem oferta folgada de animais.

O pecuarista, por sua vez, resiste em ceder a essa pressão de baixa, amparado na pequena disponibi-

ESTADO DE SÃO PAULO: PREÇOS DO BOI GORDO EM ARAÇATUBA
(R$/@ À VISTA)



Fonte: Scot Consultoria

ESTIMATIVA DE RESULTADO DA ENGORDA DE BOVINOS EM CONFINAMENTO EM 2016

	MÊS DE PLANEJAMENTO					
	Unidade	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto
Preço médio do boi magro de 360 kg	R$/cabeça	2.035,00	2.030,00	2.014,00	1.960,00	1.960,00

	MÊS DE INÍCIO DA OPERAÇÃO					
	Unidade	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro
Custo da diária	R$	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00
Ganho de peso diário	kg	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5
Tempo de cocho	Dias	90	90	90	90	90
Custo total	**R$**	**2.845,00**	**2.840,00**	**2.824,00**	**2.770,00**	**2.770,00**

		DIA DO FECHAMENTO DO PREÇO (BM&FBOVESPA)				
	Unidade	29 de abril	31 de maio	30 de junho	29 de julho	15 de agosto
MÊS DE VENDA DO BOI		Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro
Peso de saída	kg	495	495	495	495	495
Rendimento	%	55	55	55	55	55
Arrobas de carcaça	@	18,15	18,15	18,15	18,15	18,15
Preço da arroba na BM&FBOVESPA	R$	156,99	162,99	160,79	159,8	152,99
Receita	**R$**	**2.849,37**	**2.958,27**	**2.918,34**	**2.900,37**	**2.776,77**
Lucro	**R$/cabeça**	**4,37**	**118,27**	**94,34**	**130,37**	**6,77**

lidade de boiadas. O seu grande esforço de manter os animais na fazenda acaba limitando as quedas. Segundo levantamento da Scot Consultoria, em Araçatuba, no estado de São Paulo, o preço da arroba do boi gordo caiu 4,1% desde meados de junho deste ano, ficando em R$ 151,00 à vista em agosto.

QUAL É O RESULTADO DO CONFINAMENTO?

Para estimar o lucro da atividade, foi considerado o confinamento exclusivo, ou seja, aquele em que o pecuarista compra o boi ao redor de 12 @ no mercado para engordar no cocho. Para a diária (custos operacionais + dieta), em todos os meses foi tomado o valor máximo coletado em 2016 em São Paulo, de R$ 9,00 por cabeça por dia, na época em que o milho atingia os maiores preços do ano. O período de confinamento é de noventa dias, com ganho de peso médio de 1,5 kg por dia.

O cálculo foi feito da seguinte forma: para abril, por exemplo, foi considerado o que o confinador enxergava de resultado se comprasse o boi magro no preço médio daquele mês, confinasse em maio e, noventa dias depois, em julho, vendesse este bovino no preço do mercado futuro de julho, precificado no último dia de abril.

Observe que o lucro por cabeça diminuiu para quem fechou a boiada em setembro. A estimativa é de um lucro de R$ 6,77 por cabeça, levando em conta os preços de venda em novembro deste ano na BM&FBOVESPA, de R$ 152,99/@ (em 15 de agosto).

Como comparação, o boi fechado em agosto, com abate previsto para outubro, teve o lucro médio de R$ 130,37 por cabeça. A diferença deu-se basicamente pelo preço de venda e, consequentemente, pela receita por animal, que caiu de lá para cá. O preço médio do boi magro e o custo da diária ficaram estáveis nesse período.

Cabe ressaltar que os resultados apresentados são simulações, com preços de insumos e bovinos de reposição levantados pela Scot Consultoria, mas que cada operação possui um custo próprio. A intenção é mostrar a dinâmica de resultados. ■

CÉLULA A COMBUSTÍVEL MOVIDA A ETANOL

A GRANDE INOVAÇÃO

PLINIO M. NASTARI
Presidente da DATAGRO e ex-presidente do Conselho da Associação Brasileira de Engenharia Automotiva (AEA)

DE FORMA nem sempre aparente, as tecnologias automotiva e de combustíveis tem caminhado lado a lado com o objetivo de oferecer desempenho, eficiência no consumo e emissões controladas. O automóvel e o combustível dependem um do outro, não existindo de forma isolada. Ao longo das últimas décadas, os combustíveis foram sendo moldados para atender limites de emissão de gases poluentes e condições de combustão mais apropriadas, assim como foram criadas tecnologias automotivas com os objetivos de aumentar o desempenho e reduzir o consumo e as emissões. A preocupação com o meio ambiente, inicialmente focada na emissão de gases poluentes nos grandes centros urbanos, passou a incorporar a preocupação com emissões de gases causadores do efeito estufa, por conta do aquecimento global.

Na Engenharia Automotiva, evoluções marcantes foram a substituição dos carburadores pela injeção



SHUTTERSTOCK

eletrônica, os catalisadores para reduzir a emissão de poluentes, a elevação da taxa de compressão dos motores e novos materiais, entre outras. Na área dos combustíveis, houve a substituição do chumbo tetraetila como aditivo para aumentar a octanagem, a introdução dos oxigenados, o limite aos aromáticos na gasolina, a redução do enxofre e a introdução de detergentes, entre outras.

Apesar de todos os avanços das últimas décadas, a realidade é que, em grande medida, ainda convivemos com uma tecnologia básica que converte de forma bastante ineficiente o poder calorífico contido nos combustíveis líquidos em movimento ou trabalho. Nos motores a combustão interna do ciclo Otto, a eficiência termodinâmica é de aproximadamente 25% e, nos do ciclo diesel, em torno de 29%. O restante é, em grande parte, desperdiçado na forma de calor, e, por este motivo, os motores são feitos de ferro fundido e os carros são feitos de aço e precisam incorporar pesados sistemas de refrigeração para dissipar o calor gerado. Hoje, utilizamos verdadeiros tanques de guerra pesando cerca de 1.400 kg para transportar uma massa de 75 kg a 90 kg, que é o peso médio de uma pessoa, com grande desperdício de energia e gerando emissões.

A solução é conhecida pela indústria automobilística há décadas. A tendência é a adoção do veículo elétrico, pois a eficiência do uso da eletricidade é muito maior. Mas, surge aí a questão sobre a origem da eletricidade, pois de nada adianta se ela for gerada com a queima de combustível fóssil, como carvão, gás natural, óleo combustível ou óleo diesel. Surge, também, a preocupação com o que fazer com as baterias, que têm uma vida útil relativamente curta e cujo descarte gera um problema ambiental muito preocupante. Há, ainda, a preocupação com o sistema de distribuição de eletricidade ou de troca de baterias para trajetos de longa distância e todo o investimento necessário na criação desta infraestrutura.

Dadas essas preocupações, o graal tem sido a célula a combustível, um sistema que é conceitualmente o de um carro elétrico, mas que pode ser abastecido com combustível líquido ou com hidrogênio puro. No caso de se usar combustível líquido, a reforma ou a separação do hidrogênio seria realizada a bordo do veículo. A reação do hidrogênio e do oxigênio gera eletricidade e água. A eficiência termodinâmica é em torno de 55%, e a reação gera muito menos calor. Os carros poderiam ser feitos de plástico ou de materiais compostos mais leves, e o seu *layout* interno poderia mudar completamente, pois a eletricidade iria mover quatro motores elétricos, um em cada roda, sem a necessidade do pesado sistema de transmissão.

Muitos recursos foram dedicados ao desenvolvimento de tecnologia na busca de soluções nessa direção. Algumas soluções foram desenvolvidas para veículos movidos a hidrogênio, mas é caro para ser produzido e difícil de ser armazenado e distribuído, além de enfrentar um risco inerente à sua natureza explosiva, requerendo um controle rigoroso e um passivo potencial significativo.

Nesse contexto, é de grande importância o anúncio de uma montadora japonesa, realizado no último mês de junho, de que está pronta a tecnologia de célula a combustível movida a etanol, que, segundo a montadora, resolve o problema de infraestrutura do hidrogênio. O etanol é valorizado pelo elevado teor de hidrogênio em sua molécula. Isso significa que o Brasil, por dispor de um sistema de distribuição de etanol já instalado num país de dimensão continental, já resolveu o desafio de distribuir hidrogênio de forma econômica e segura.

A nova tecnologia permitirá que o consumo dos veículos caia substancialmente e irá valorizar os combustíveis pelo seu conteúdo de hidrogênio. Mais do que nunca, será importante determinar a origem e o ciclo de vida de cada combustível. A tecnologia automotiva pode estar indicando um caminho de valorização do etanol e do sistema de distribuição criado no Brasil para este combustível e que poderá ser, talvez, um de seus mais valiosos ativos. ■

fgv.br/eesp



MELHOR DO QUE VER SEUS NEGÓCIOS SE EXPANDINDO NO HORIZONTE É VER QUE SEU HORIZONTE TAMBÉM PODE SE EXPANDIR.

MESTRADO PROFISSIONAL EM AGRONEGÓCIO

O MERCADO PEDE UM *EXPERT*.
E ELE PODE SER VOCÊ.

O agronegócio é um mercado que oferece grandes desafios e oportunidades. E com o Mestrado Profissional em Agronegócio da FGV/EESP, você fica preparado para tirar o melhor de todos esses momentos. Aprofunde-se na análise e gestão de empresas do setor. Seja um *expert*.

Inscreva-se até 11/11/2016.

FGV EESP
O que é FGV é referência.

IMPORTAÇÃO DE ALIMENTOS

A LEGISLAÇÃO A FAVOR DA REALIZAÇÃO DE FEIRAS NO BRASIL

DA REDAÇÃO

AO OLHAR uma prateleira de supermercado no Brasil, nos EUA ou em qualquer país da Europa, muitos se questionam o que explica a diferença de diversidade de produtos encontrada – esta diversidade é muito menor no Brasil. Uma primeira explicação poderia estar relacionada ao fato de os mercados norte-americano e europeu apresentarem níveis de renda mais elevados, o que permitiria maiores diferenciação e segmentação nos mercados alimentares – um artigo de capa da edição de abril de 2016 da ***Agroanalysis*** discutiu as oportunidades existentes no Brasil para a indústria de alimentos e bebidas. Outra explicação poderia estar ligada à maior dificuldade em introduzir novos produtos em um mercado mais conservador. Ou, ainda, se poderia atribuir como causas para a dificuldade de importação especialmente questões tarifárias e sanitárias, o que poderia estar impedindo um maior desenvolvimento do mercado de alimentos no País. Sobre esta última explicação, questiona-se se as condições tarifárias e sanitárias no Brasil seriam de fato um fator relevante quando comparadas às regras observadas em outros países.

Estudo recente da FGV Projetos procurou entender se as regras brasileiras à importação poderiam desestimular os fabricantes estrangeiros a trazerem seus produtos para o Brasil com o objetivo de exporem em feiras e outros eventos do setor, os quais são fundamentais para o desenvolvimento do mercado de alimentos e bebidas industrializadas. Apesar de o processo para a importação de produtos para tais eventos não ser idêntico ao processo para a importação comercial, muitas das regras impostas aos expositores, especialmente no que se refere às questões tributárias e sanitárias, são as mesmas.

SHUTTERSTOCK



De forma a cobrir todos os pontos que afetam esse processo, foram analisadas questões sanitárias e tarifárias dos estados brasileiros. No caso dos controles administrativos e sanitários, eles podem envolver mais de um órgão do governo brasileiro. Contudo, olhando os dados, fica a dúvida se o processo no Brasil é mais complicado do que o de outros países.

Uma primeira consideração a se fazer a esse respeito é que, do ponto de vista aduaneiro, não existem regras comuns para todos os países. O que há, nesse sentido, são normas, como as internacionais da Organização Mundial do Comércio (OMC), que definem apenas limites que os Estados devem observar em relação ao controle dos fluxos comerciais. Ou seja, tanto os procedimentos em si (as operações de importação, sobretudo) quanto a carga tributária incidente sobre esses produtos são diferentes em cada país.

Isso não faz, portanto, com que a legislação brasileira seja melhor ou pior do que a de outros países ou, dizendo de outra forma, que as regras brasileiras imponham barreiras adicionais à importação de alimentos e bebidas, fazendo com que o País seja um ambiente menos propício para a realização de uma feira alimentícia de abrangência mundial. Ao contrário, o que se observa é que existem mecanismos legais que fazem, de um lado, com que haja maior celeridade na tramitação de pedidos de importação e, de outro lado, com que parte da carga tributária incidente sobre a importação de alimentos e bebidas para exposição em feiras no Brasil possa ser eliminada.

O Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX), por exemplo, é hoje referência internacional em termos de facilitação do comércio. Por meio dele, todo o processo de importação e exportação no Brasil é acessível eletronicamente a todos os órgãos do governo intervenientes no comércio exterior. O peticionamento que dispensa papel e a interação de sistemas (como os da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa – e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA) permitem que o importador acompanhe, também, em um mesmo ambiente o andamento de pleitos sob análise de diferentes instâncias.

No caso da carga tributária sobre a importação de produtos alimentícios, para fins de comercialização no País, por exemplo, ela é de 35%, em média, podendo chegar a até 45% do valor do produto. No entanto, a legislação brasileira garante o ingresso de produtos alimentícios no Brasil sem que haja recolhimento de tributos pela importação, desde que o objetivo seja sua exposição em feiras. Ou seja, expositores em feiras de alimentos no Brasil, quaisquer que sejam suas origens, não precisam desembolsar valor algum a título de impostos, federais e estaduais, para terem seus produtos ingressando em nosso País.

A possibilidade de um regime especial (chamado de admissão temporária) para exposição em feiras faz com que produtos dos Estados Unidos, da Europa e da Ásia, que se sujeitam a carga tributária pouco mais elevada do que a da América do Sul, tenham exatamente o mesmo tratamento que o conferido a nossos vizinhos – o Brasil possui acordos comerciais de certa forma restritos à América do Sul que reduzem os tributos incidentes na importação de produtos alimentícios.

Com base na legislação brasileira, o que se observa é que as maiores dificuldades para a realização de feiras de produtos alimentícios no Brasil são sentidas em dois momentos principais.

Em primeiro lugar, anteriormente ao próprio processo de importação, são afetados produtos para os quais se exige registro prévio da Anvisa – produtos novos, nunca comercializados, são um exemplo. Essa é uma dificuldade justamente por conta de prazos, já que, na prática, esses registros podem tramitar por até seis meses na Agência, fazendo com que a decisão de participar ou não de um evento como esses deva ser tomada com muita antecedência.

Em segundo lugar, tem-se a possível venda dos produtos expostos nas feiras. A permissão da le-

REGIME DE ADMISSÃO TEMPORÁRIA

O art. 3º, VII, da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil (IN RFB) nº 1.600/2015 diz que: "Poderão ser submetidos ao regime de admissão temporária com suspensão total do pagamento de tributos incidentes na importação: (...) bens destinados à promoção comercial, inclusive amostras sem destinação comercial e mostruários de representantes comerciais".

gislação brasileira que garante ingresso no Brasil, para o evento, de produtos alimentícios sem que haja recolhimento de tributos pela importação vale apenas para exposição. Porém, caso alguma empresa queira comercializar *in loco* seus produtos, deve-se iniciar todo o processo de importação, inclusive com pedido de licenças, quando aplicável, e com o recolhimento de todos os tributos. Por conta disso, a decisão de vender diretamente nas feiras não parece tão recomendada, mesmo com a agilidade dos trâmites burocráticos de importação.

No geral, contudo, o que se observa é que a legislação brasileira é satisfatória, e disso é prova a constante busca do nosso País como local para exposições e feiras internacionais. É preciso enfatizar, ainda, que, mesmo em relação à dificuldade antes indicada sobre registro de produtos alimentícios, ela é decorrência de um fator presente em qualquer parte do mundo – a necessária preocupação com a saúde humana, que faz com que todos os países estabeleçam rígidas normas de controle de ingresso destes produtos em seus territórios. É assim no mundo todo, já que esse valor está acima do comércio. ■

DESTINO FINAL DOS PRODUTOS EXPOSTOS EM FEIRAS

A destinação final dos produtos perecíveis admitidos em regime de admissão temporária pode ser equacionada de duas formas:

- Pela reexportação, consequência natural do regime de admissão temporária, já que os produtos entram precisamente para permanecer no País por tempo determinado; e
- Pela destruição do produto sob controle aduaneiro ou por sua entrega, livre de despesas, à RFB.

CUSTO TRIBUTÁRIO INCIDENTE SOBRE IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, POR ORIGEM
(EM % SOBRE O VALOR ADUANEIRO)

ORIGEM	Transpacífico						ICMS médio*	Total geral
	Imposto de importação	IPI	PIS	COFINS	AFRMM	Total		
Mundo	10,8	0,4	1,3	5,9	1,3	19,6	25,7	**45,3**
EUA	10,8	0,4	1,3	5,9	1,3	19,6	25,7	**45,3**
Europa	10,8	0,4	1,3	5,9	1,3	19,6	25,7	**45,3**
Ásia	10,8	0,4	1,3	5,9	1,3	19,6	25,7	**45,3**
América do Sul	0,1	0,3	1,3	5,9	0,0	7,7	23,4	**31,1**
MERCOSUL	0,1	0,3	1,3	5,9	0,0	7,6	23,3	**30,9**
Bolívia	0,0	0,3	1,3	5,9	0,0	7,5	23,3	**30,8**
Chile	0,0	0,3	1,3	5,9	0,0	7,5	23,3	**30,8**
Colômbia	0,4	0,3	1,3	5,9	0,0	8,0	23,4	**31,4**
Equador	0,3	0,3	1,3	5,9	0,0	7,9	23,4	**31,3**
Peru	0,1	0,3	1,3	5,9	0,0	7,6	23,3	**30,9**
Venezuela	0,2	0,3	1,3	5,9	0,0	7,7	23,4	**31,1**
México	8,6	0,4	1,3	5,9	0,0	16,2	25,0	**41,2**
Cuba	5,0	0,3	1,3	5,9	0,0	12,6	24,6	**37,2**
Israel	1,6	0,3	1,3	5,9	1,3	10,4	23,9	**34,3**
Índia	10,6	0,4	1,3	5,9	1,3	19,4	25,7	**45,1**
SACU**	10,2	0,3	1,3	5,9	1,3	19,0	25,6	**44,6**
MÉDIA	**3,4**	**0,3**	**1,3**	**5,9**	**0,4**	**11,3**	**24,1**	**35,4**

* Refere-se aos sete estados das regiões Sul e Sudeste
** África do Sul, Botswana, Lesoto, Suazilândia e Namíbia

FRAGILIDADE NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

GESTÃO DA ARMAZENAGEM

THIAGO GUILHERME PÉRA
Coordenador do Grupo de Pesquisa e Extensão em Logística Agroindustrial (ESALQ-LOG/USP)*

FERNANDO VINÍCIUS DA ROCHA
Pesquisador do Grupo de Pesquisa e Extensão em Logística Agroindustrial (ESALQ-LOG/USP)

JOSÉ VICENTE CAIXETA FILHO
Professor titular do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP)

ESSENCIAL PARA a atividade econômica em qualquer sistema de produção e, principalmente, para o agronegócio, a gestão da cadeia de suprimentos ajuda os mercados a operarem com equilíbrio para uma série de preços. A sua gestão no planejamento da oferta e da demanda de insumos e produtos dentro e entre empresas envolve atividades como fornecimento, aquisição, conversão e logística.

A logística abraça o planejamento e as operações dos sistemas físicos, informacionais e gerenciais necessários para as cargas do agronegócio chegarem aos lugares e nas horas certas, em condições adequadas, com o menor gasto possível. De seus três fatores-chave – transporte, armazenagem e informação –, trataremos dos dois últimos.

No agronegócio, os diversos agentes envolvidos precisam ter acesso a informações de forma rápida e com qualidade para tomarem decisões logísticas e comerciais mais assertivas. Mesmo assim, na administração da armazenagem de grãos no Brasil, paira uma série de lacunas sobre as suas finalidades e relações com a produção.

A armazenagem possui como função estocar os produtos de forma a atender demandas em diferentes lugares e períodos com a qualidade devida. Para o agronegócio, o seu serviço é fundamental: de um lado, é imprescindível para manter a oferta de alimentos ao longo da entressafra; de outro, pode ser utilizada como uma estratégia comercial para a obtenção de receitas superiores na venda da produção.

O custo de transporte até o armazém, o custo de armazenagem e o custo de transporte entre o armazém e o destino final (porto) são variáveis importantes. Elas influenciam de forma direta na viabilidade da utilização da armazenagem.

Tomemos, por exemplo, a safra 2014/15 na região do município de Sorriso, no estado do Mato Grosso. Os produtores que puderam armazenar a soja colhida em fevereiro e optaram por escoá-la em abril obtiveram R$ 27,53 por tonelada de receita superior. A decisão ótima, na verdade, seria escoar a produção em abril. A representatividade do custo de armazenagem no custo logístico total é de 10,17%, o equivalente a 2,85% do preço da leguminosa.

Dados da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab (2015) mostram que, para cada tonelada de grãos produzida, o Brasil dá conta de armazenar 600 quilos. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) estabelece uma capacidade desejável de armazenagem acima de 20% da produção.

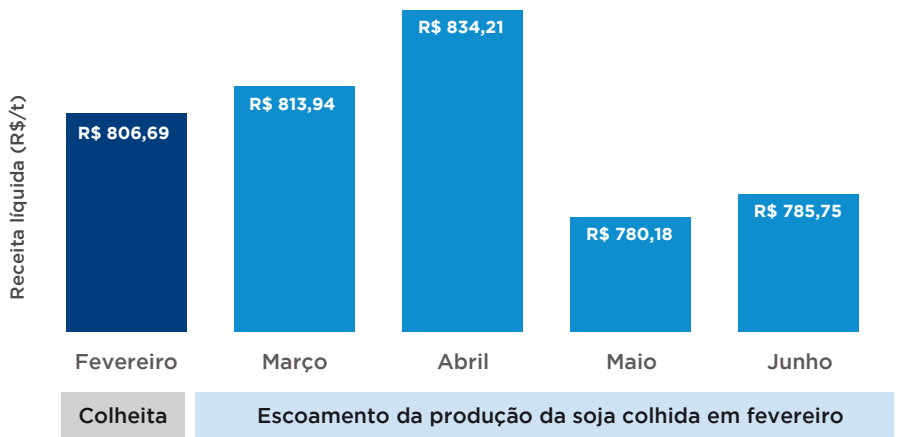
O Censo Agropecuário (IBGE, 2006) apontava que o País apresentava 26,5 milhões de toneladas, o correspondente a 21,76% da capacidade instalada para grãos nas propriedades agrícolas do País (Conab, 2006). Nos EUA, a capacidade de armazenagem de grãos é da ordem de 647 milhões de toneladas (138% da produção de grãos), sendo que 55% deste total localizam-se dentro das fazendas (USDA, 2015).

REALIDADE NACIONAL

Em um país de dimensões continentais como o Brasil, economias com logística podem representar o diferencial de sustentabilidade para as cadeias de grãos. As grandes áreas de produção se encontram distantes dos principais portos, como os de Santos e Paranaguá. Já as articulações rodoviárias, normalmente em condições bastante precárias, implicam fretes mais caros do que os eventualmente praticados em ferrovias e/ou hidrovias.

Some-se, ainda, a estrutura de armazenagem incipiente e/ou mal localizada, em termos de capacidade disponível para estocagem dentro das propriedades agrícolas. Isso obriga os produtores a escoarem suas safras imediatamente após a colheita, com longas filas nos portos e maiores riscos de não aproveitarem o melhor preço de venda do grão e terem que enfrentar valores de pico para o frete rodoviário.

SORRISO-MT: RECEITA COM A COMERCIALIZAÇÃO DA SOJA
(SAFRA 2014/15)



Fonte: ESALQ-LOG (2016)

Estoque sobre rodas, armazenagem a céu aberto e forte sazonalidade de preços no mercado de transporte são três dos gargalos oriundos da baixa capacidade estática para o armazenamento de grãos no Brasil. Além disso, a falta de informações sobre a viabilidade de utilização deste serviço na logística é também impedimento para o desenvolvimento desse setor.

Gastar o menos possível é tópico relevante na agrologística. Em um setor com margens de comercialização reduzidas, a utilização inteligente da armazenagem é básica. Como a efetividade da gestão logística possui relação intrínseca com a busca pela maximização das receitas, a disponibilidade e a posse de informações são extremamente importantes para a gestão e o planejamento da cadeia. ■

* O grupo ESALQ-LOG (Esalq/USP) desempenha um papel-chave como provedor isento de informações de armazenagem de grãos no País com o Sistema de Informações de Armazenagem (SIARMA). O objetivo é disponibilizar informações de qualidade sobre a armazenagem no Brasil, de modo a auxiliar na tomada de decisão logística e mitigar questionamentos existentes sobre a viabilidade de sua utilização

FORNECIMENTO DE CANA-DE-AÇÚCAR

COMPLEMENTANDO O CONSECANA*

BRUNO BENZAQUEN PEROSA**
ANTONIO CESAR ORTEGA**
CLESIO MARCELINO DE JESUS**

** Professores do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia (IEUFU) e pesquisadores do Núcleo de Estudos Rurais (NERU) da mesma instituição

A EFICIÊNCIA da relação entre fornecedores de cana e a indústria processadora é fundamental para a competitividade do agronegócio brasileiro. A assimetria de poder e a dificuldade em compartilhar informações sobre a qualidade da matéria-prima tornam necessário o desenvolvimento de mecanismos de coordenação, especialmente via contratos, que permitam uma relação mais harmônica entre as partes. O caso da parceria entre a usina Coruripe e os fornecedores da CANACAMPO no município de Campo Florido-MG vai nessa direção, garantindo um maior equilíbrio de forças entre os participantes.



SHUTTERSTOCK

A abrupta mudança institucional pela qual passaram as cadeias agroindustriais brasileiras no início dos anos 90 do século passado teve forte impacto sobre a coordenação e a competitividade do nosso agronegócio. A cadeia sucroalcooleira é reconhecida como uma das que melhor se adaptou a esse novo ambiente, quando se encerraram as atividades do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), que regulava as transações nesta cadeia. Para tal, diversos mecanismos contratuais e acordos setoriais foram criados neste setor, de forma a tornar o fornecimento de cana-de-açúcar mais estável e seguro para produtores e usinas.

A implementação do Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo (CONSECANA) representou um marco nesse sentido, estabelecendo preços de referência para usinas e fornecedores. O CONSECANA assemelha-se ao sistema de preços de uma bolsa de valores, em que produtores e compradores são tomadores de preço independentemente de seu poder de barganha. Desta forma, os agentes transacionando não ficam à mercê de atitudes oportunistas ou do poder de mercado dos seus parceiros. No caso da cana-de-açúcar, essa segurança é fundamental, dado que algumas especificidades, como a rápida conversão da sacarose e o elevado volume/peso, criam uma relação de forte interdependência entre fornecedores e usinas, que precisam estar próximos para que a transação seja viável.

Apesar de o CONSECANA ter representado grande avanço e ter promovido maior estabilidade para

a relação entre fornecedores e usinas, conflitos pontuais vêm ocorrendo nos últimos anos. Fornecedores queixam-se da forma como as usinas aferem o peso da cana entregue, pelo chamado Açúcar Total Recuperável (ATR). O estabelecimento da medida ATR visava remunerar o fornecedor de acordo com a capacidade de geração de açúcar e etanol na sua cana, corrigindo possíveis distorções, como a existência de muita água. Contudo, a medição do ATR depende de testes laboratoriais, geralmente realizados pelas usinas.

Outra questão complexa do CONSECANA está no *mix* de produtos a ser utilizado para a formação do preço de referência. A ideia por trás do CONSECANA é repartir igualmente as receitas totais obtidas pela cadeia produtiva (cujos produtos finais seriam o açúcar e o etanol comercializados nos mercados doméstico e externo) entre fornecedores e usinas. Assim, é necessário considerar uma proporção dos produtos finais vendidos em cada mercado para estabelecer um valor médio a ser usado como referência para a definição do quilo de ATR.

Em outros estados, em que o uso do CONSECANA não é obrigatório, alguns arranjos entre usinas e fornecedores alteraram esse *mix* e chegaram a valores distintos do ATR. Como mencionado no início deste artigo, o caso da usina Coruripe e dos fornecedores da CANACAMPO no município de Campo Florido-MG vai nessa direção, sendo estabelecido um valor distinto daquele considerado em São Paulo. Esta parceria também se distingue por um maior equilíbrio de forças entre os participantes (ver *box*). ■

* Os autores agradecem ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (Projeto 408128/2013-5) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) (APQ-00132-14) pelo financiamento de sua pesquisa

CANACAMPO-USINA CORURIPE: UMA PARCERIA COM EQUILÍBRIO

A história da parceria entre os fornecedores de cana de Campo Florido e a usina Coruripe foge um pouco ao modelo tradicional de instalação de usinas. Nesse caso, produtores de grãos da região buscavam formas de diversificarem sua produção e não ficarem expostos às oscilações dos preços da soja e do milho. Assim, em 2000, alguns grandes proprietários rurais da região procuraram o grupo usineiro Coruripe de Alagoas buscando a instalação de uma usina na região. Para tanto, comprometeram-se a suprir o volume mínimo necessário para que se iniciasse a produção em 2001, quando a usina se instalou. Para gerir essa relação, esses produtores formaram uma associação de fornecedores, a CANACAMPO.

Atualmente, a CANACAMPO conta com 236 associados, que fornecem, em sua maioria, para a usina Coruripe. Por sua vez, toda a cana comprada pela Coruripe passa pela CANACAMPO, cuja principal função está em gerir essa relação entre os fornecedores e esta usina. Assim, os fornecedores associados contam com assessoria para elaboração e monitoramento dos contratos de fornecimento firmados com a usina.

De forma a evitar os problemas de mensuração do ATR, nessa parceria há um laboratório de gestão conjunta entre a associação e a usina. Igualmente, evitam-se desconfiança e reclamações por parte dos fornecedores. Com relação ao valor do ATR, utiliza-se um *mix* de cálculo baseado na produção da usina, e não na média da produção como no estado de São Paulo. O valor do ATR pago na região é considerado mais "realista", o que não compromete tanto a rentabilidade da usina.

O caso aqui analisado revela como a construção de mecanismos de governança customizados para uma determinada região permite maior eficiência nas formas de governança utilizadas. Apesar de o estabelecimento do CONSECANA ter promovido maior estabilidade para essas transações, observam-se ainda diversos conflitos em algumas regiões do estado de São Paulo, o que pode ser explicado por um relativo desequilíbrio de forças entre as partes. A formação de associações permite que fornecedores participem de forma mais ativa da governança dessa transação, o que torna sua gestão mais harmônica e estável.



KOPPERT BIOLOGICAL SYSTEMS

INCENTIVOS AOS PRODUTOS BIOLÓGICOS

PANORAMA ATUAL E PERSPECTIVAS

ENTRE 2011 e 2014, o mercado mundial de produtos biológicos destinados à agricultura teve crescimento médio de 15,3% ao ano, segundo levantamento feito pela CPL Business Consultants. No Brasil, a expectativa é manter essa curva ascendente com espaço para um incremento ainda maior, de até 20% ao ano, como observado nas vendas de biofungicidas em 2015. Mas, se por um lado, há demanda por essa tecnologia no campo, por outro, faltam produtos para atender o mercado em larga escala.

A indústria agrobiológica movimenta anualmente em torno de US$ 2,3 bilhões em vendas em todo o mundo. As soluções microbianas, na área da indústria agrobiológica, derivam de vários microrganismos naturais: as bactérias, os vírus e os fungos, que protegem as colheitas contra pragas e doenças e aumentam a produtividade agrícola.

Hoje, o uso de vírus, bactérias e parasitoides representa uma fatia ainda pequena, de 1% a 2%, do mercado brasileiro, dominado em larga escala pelos agroquímicos. Na Europa, eles já representam entre 14% e 16% e, nos Estados Unidos, 6%.

No Brasil, 63 empresas detêm registro de agentes que atuam no controle de pragas, sejam macrorganismos (insetos e ácaros) ou microrganismos (vírus, fungos e bactérias), além de produtos para combater doenças. Ao todo, representam 1,7% das formuladoras de biológicos no mundo, segundo dados levantados pela ABCBio. Os Estados Unidos possuem 50,4% da fatia mundial desse mercado e 41% das patentes dos produtos.

O recente movimento de aquisições e fusões entre as corporações gigantes dos defensivos químicos

revela uma política global de olho voltado para a demanda crescente por produtos biológicos.

Desde 2010, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) incentiva os biológicos, com a promoção de eventos e o deslocamento de técnicos exclusivamente dedicados ao registro. De 2010 a 2016, a quantidade de defensivos biológicos registrados passou de 7% para 60% em comparação à quantidade de defensivos convencionais registrados.

O Governo demonstra estar convencido e interessado em fomentar esse tipo de produto. As pesquisas de mercado apontam que, até 2020, os biológicos representarão 10% dos produtos registrados e 15% do faturamento do mercado no Brasil.

Ao contrário de países onde o controle biológico é feito quase exclusivamente em casas de vegetação, no Brasil é realizado em áreas abertas. Mesmo assim, o País já possui programas comparáveis aos melhores do mundo, apesar da menor disponibilidade de inimigos naturais comercializados pelas empresas.

Na verdade, além de terem ciclos de desenvolvimento mais rápidos do que outras inovações agrícolas e uma aplicação geográfica e agrícola mais ampla, as soluções biológicas são sustentáveis e rentáveis, já que a intenção é aumentar a colheita com um investimento menor.

A INOVAÇÃO NO BRASIL É ALAVANCADA PELO AMBIENTE TROPICAL

O atual estágio tecnológico do segmento de controle biológico de pragas no Brasil não deve nada ao existente em outros países. Diversas empresas nacionais conseguem competir com fabricantes internacionais, com a manutenção da qualidade e da eficiência dos produtos. Por sua vez, vários organismos similares aos existentes no exterior são utilizados aqui, mesmo com necessidade de adaptações em função das peculiaridades climáticas brasileiras.

A maioria das empresas nacionais apresenta uma evolução expressiva nas formulações e no desenvolvimento de novos organismos, assim como em formas de aplicação e melhor adaptação dos organismos ao clima. Acredita-se que, num futuro próximo, alcançaremos o melhoramento de microrganismos, por meio da alteração das técnicas de seleção. No caso brasileiro, as características tropicais também estimulam a inovação e o desenvolvimento de novos produtos, uma vez que os problemas fitossanitários ocorrem durante o ano todo.

Além do investimento em inovação tecnológica realizado pelas empresas, cabe registrar as contribuições prestadas pelos vários institutos de pesquisa oficiais para o surgimento das novas tecnologias hoje disponíveis no mercado. Não obstante, ainda há muitas tecnologias e práticas de manejo para serem desenvolvidas. Como está em estágio inicial, o controle biológico deve absorver muito conhecimento a ser gerado pela área de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).



MONSANTO BIOAG

LÍDER EM INOVAÇÕES PARA A AGRICULTURA MODERNA

CRIANDO SOLUÇÕES BIOLÓGICAS SUSTENTÁVEIS
E MELHORANDO O SEU RENDIMENTO.



MONSANTO BioAg™

REDUZIR O TEMPO DE ESPERA É A META

O registro de produtos biológicos é uma das prioridades do governo federal. Nesse sentido, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), do Ministério da Saúde, atua para aprimorar a regulação e reduzir o tempo de espera na fila para avaliação toxicológica dos produtos agrotóxicos de origem biológica.

Do ponto de vista da saúde humana, os defensivos biológicos são alternativas seguras para o controle de pragas agrícolas. Estas tecnologias valem-se de inimigos naturais das pragas, são menos agressivas aos seres humanos e ao ambiente, além de representarem importante alternativa para reduzir os custos da produção.

Nos últimos anos, houve um aumento significativo dos pedidos de registro de produtos fitossanitários de origem biológica, seja para utilização na agricultura convencional, seja na agricultura orgânica. A concessão de registro destes produtos favorece a expansão da sua utilização e a redução do uso de agrotóxicos de maior toxicidade.

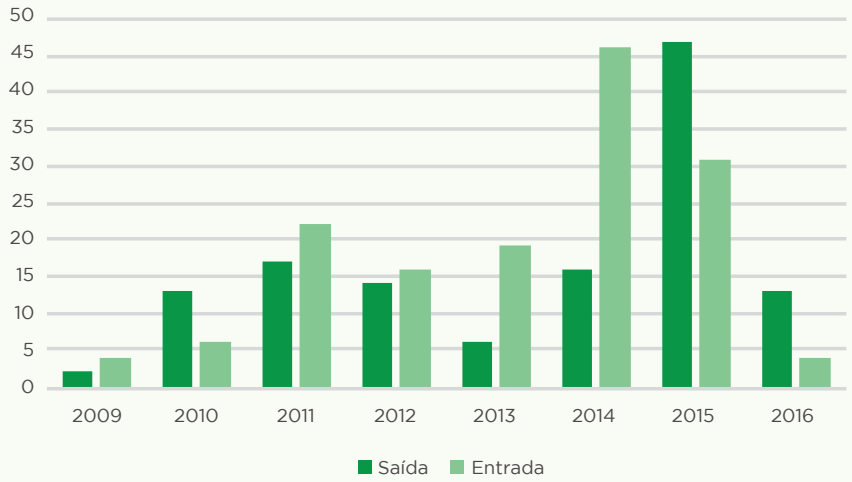
No esforço de atender a determinação do Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, a Anvisa realiza diversos estudos e trata com prioridade a análise dos pedidos referentes aos produtos biológicos. Todos os pleitos submetidos até o momento para os produtos destinados à agricultura orgânica foram analisados, sem nenhum pedido de registro na fila no aguardo da avaliação toxicológica do produto formulado fitossanitário.



CORTESIA: HERALDO NEGRI

Trichogramma pretiosum parasitando ovos da lagarta-do-cartucho do milho *Spodoptera frugiperda*

BRASIL: EVOLUÇÃO DOS REGISTROS DE PRODUTO FORMULADO FITOSSANITÁRIO



Fonte: Anvisa (2016)

CONTROLE DE QUALIDADE

A ABCBio instituiu o Programa de Conformidade de Insumos Biológicos, cujo objetivo principal é conferir maior confiabilidade ao segmento. Esta iniciativa é prioritária, em função do aumento dos casos de produtos comercializados de forma irregular, sem certificação ou controle de qualidade.

Esses problemas são decorrentes do expressivo crescimento registrado nos últimos anos nas vendas de defensivos agrícolas biológicos. De acordo com a ABCBio, a utilização de produtos irregulares "pode ser insegura para o meio ambiente e para os humanos, assim como de duvidosa eficácia agronômica".

Para facilitar a verificação dos produtos, a ABCBio auxilia nas análises, feitas por laboratórios renomados, dos produtos com alguma suspeita. A ênfase é que todo produto que contenha um agente biológico de controle deve seguir legislação específica e passar por vários testes. O uso de produtos não conformes por parte dos agricultores configura-se como uma ilegalidade.

A produção e a comercialização de produtos irregulares (ilegais) podem ocasionar contaminação biológica, proliferação de patógenos humanos, descontrole de pragas na lavoura onde é aplicado, além de não dar os resultados esperados pelo produtor. Este último efeito colateral do uso de produtos sem registro é especialmente grave para o segmento, pois coloca em dúvida a eficácia dos defensivos biológicos, fator primordial para garantir a credibilidade de um segmento que tem reconhecidas vantagens

BIOCONTROL LATAM 2016

Com a participação dos maiores especialistas mundiais da indústria de defensivos biológicos, será realizado, de 15 a 17 de novembro, em Campinas, no estado de São Paulo, o Biocontrol LATAM 2016 Conference & Exhibition. Este é considerado o mais importante evento internacional do segmento. Organizado pela New Ag International, editora de uma das principais publicações técnicas sobre uso de biológicos, e pela 2BMonthly, o encontro contará com o apoio da ABCBio.

A conferência deverá atrair a atenção de agrônomos, cientistas, produtores rurais, consultores, institutos de pesquisa, fornecedores e distribuidores de produtos biológicos, *traders*, acadêmicos, agentes governamentais, representantes de cooperativas, investidores de risco, executivos do setor financeiro, prestadores de serviços, jornalistas e demais profissionais ligados ao segmento.

Para os promotores e os organizadores, um dos principais objetivos da conferência será contribuir para a disseminação de conhecimento e uma melhor compreensão do papel e do uso das soluções de controle biológico na agricultura. Também será o local ideal para: atualização sobre as modernas tecnologias utilizadas no setor; conhecimento das tendências de mercado na América Latina e no mundo; e inteiração sobre o atual estágio da regulamentação sobre controle biológico na América Latina.

Além das palestras, o Biotontrol LATAM envolverá, ainda, uma exposição com a presença de empresas da Alemanha, do Brasil, da Bélgica, dos Estados Unidos, da Itália, do México, da França e da Suíça. Para obter as informações sobre a grade de palestras e os eventos paralelos e fazer a inscrição, acesse o seguinte site: www.biocontrollatam.com.

ambientais e econômicas e que vem contabilizando amplo crescimento.

Especialmente no caso brasileiro, a área de biodefensivos tem conseguido um grande destaque em razão da importância que os produtos de controle biológico tiveram em recentes e graves problemas fitossanitários surgidos em algumas culturas. O exemplo mais marcante desta situação foi o aparecimento da *Helicoverpa armigera*, sobretudo no oeste baiano, além do mofo branco. ■

ABCBIO INTEGRA A BPG

A ABCBio é uma das integrantes da Federação Mundial das Indústrias de Biodefensivos (BioProtection Global – BPG), fundada em 2014, na Suíça, com os objetivos de:

- Alcançar a harmonização internacional em relação à regulamentação de soluções de controle biológico de pragas; e
- Ser a interlocutora mais importante entre os organismos governamentais e não governamentais no que diz respeito aos biodefensivos.

A criação da BPG ganha importância especial num cenário onde as indústrias de biocontrole experimentam intenso crescimento no mundo, decorrente das exigências dos consumidores e das necessidades dos produtores de alimentos, pressionados cada vez mais por pragas resistentes ao controle químico convencional.

BIOCONTROL LATAM

15 a 17 de NOVEMBRO de 2016, Royal Palm Plaza Hotel
Campinas, São Paulo (BRASIL)

Organização:
NEW AG INTERNATIONAL
TWO B MONTHLY The Global Biocontrol & Biostimulants E-Newsletter

Coorganização: IBMA
Apoiado por: ABC Bio Brazilian Association of Biological Control Companies



TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, QUALIDADE E ATENDIMENTO.

É assim que contribuímos para a revolução da suinocultura.

Nossa suinocultura tornou-se uma das melhores e mais competitivas do mundo. O suinocultor brasileiro fez uma verdadeira revolução tecnológica – com atitude, vocação inovadora e poder de realização.

A **Agroceres PIC** está na vanguarda da ciência genética suína. Desenvolve animais no mais alto padrão da suinocultura mundial e sempre contribuiu para a competitividade e projeção internacional do setor. Tanto que é líder nos mercados brasileiro e argentino, impactando diretamente mais de **20 milhões de suínos/ano.**

Nosso compromisso é fornecer produtos e serviços genéticos que agreguem valor para os suinocultores e para toda cadeia produtiva da carne suína.

agroceres® PIC

www.agroceresPIC.com.br



Caderno Especial da Suinocultura

A marcha da consolidação

Da Redação*

Crescimento com produtividade

Este Caderno Especial analisa os momentos críticos e os enfoques estratégicos da cadeia produtiva da suinocultura desde o final do século passado. Em todo este período, com ganho de escala e tecnologia, o setor sempre buscou aproveitar as oportunidades de negócio nos mercados interno e externo.

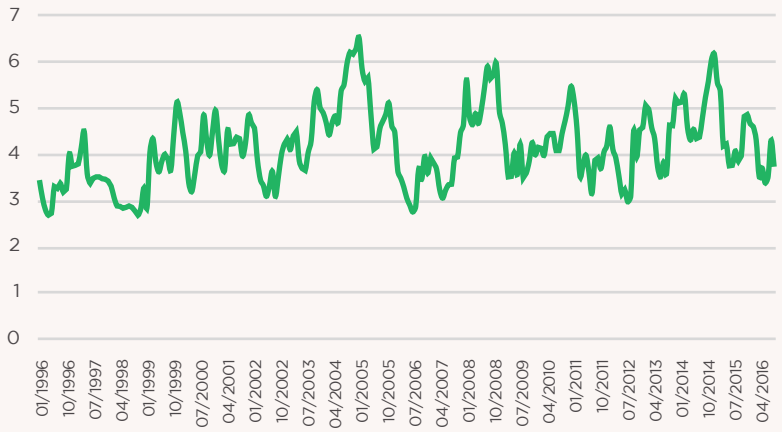
1ª fase: 1996 a 2010

O rebanho nacional apresentou uma elevação de 34%, registrando nível recorde em 2011. Já a produção cresceu 85%, atingindo sua maior marca em 2010. Impulsionando todo esse crescimento, houve, nesse período, um importante aumento do consumo de carne suína no mercado interno, enquanto as nossas ainda tímidas exportações aumentaram 831%, chegando ao seu maior volume em 2005.

No final da década de 1990, a entrada da carne suína brasileira no mercado internacional estimulava os investimentos. De 1998 a 2005, as exportações tiveram um grande salto. Com isso, os produtores ampliaram seus plantéis de matrizes e geraram grande incremento na oferta de suínos para abate.

Nessa época, a produção nacional de carne suína era liderada pela Sadia e pela Perdigão – ambas de Santa Catarina e com meio século de experiência empresarial. Outras organizações do topo eram a Cooperativa Central Aurora e a Seara, ambas catarinenses também. De comum entre elas, havia

EVOLUÇÃO DO PREÇO MENSAL DO QUILOGRAMA DO SUÍNO VIVO
(R$/@)*



* Deflacionado pelo IPCA de agosto de 2016
Fonte: Jox. Praça de São Paulo

a aplicação de um eficiente sistema de integração entre o produtor e a agroindústria.

Assim, os empreendimentos e os negócios de expansão aconteciam. A Sadia incorporou a Granja Rezende, de Uberlândia-MG, em 1999. A Perdigão adquiriu a Avipal e inaugurou o Projeto Buriti, em Rio Verde-GO, em 2000. A Cargill adquiriu a Seara Alimentos, da Bunge, em 2004.



De 2002 a 2003, houve queda no preço pago pelo suíno, ao mesmo tempo em que o milho e o farelo de soja ganhavam valor. Diante de uma crise aguda, as projeções no abate de matrizes chegaram a 360 mil (dados não oficiais).

Em 2005, a febre aftosa foi detectada no Mato Grosso do Sul e no Paraná, estados envolvidos na produção e na exportação de carnes bovina e suína. O surto da doença levou vários países a proibirem a importação de carne brasileira, incluindo a Rússia, um dos principais mercados do Brasil. O resultado foi uma baixa no preço da carne no mercado interno, devido ao excesso de oferta. Novamente, o tamanho do plantel brasileiro de suínos reduziu-se.

Na segunda metade da década passada, transações e iniciativas interessantes continuavam a serem realizadas. Em 2007, a Sadia deu início ao projeto agroindustrial em Lucas do Rio Verde-MT, aproveitando a estrutura de produção montada pela Cooperativa Agropecuária e Industrial Luverdense (Cooagril), fundada em agosto de 1990.

Em 2008, a crise financeira internacional deixa sequelas no Brasil, como a queda de valor de mercado da Sadia e a sua fusão com a Perdigão no transcorrer de 2009, com a criação da empresa BRF (Brasil Foods).

2ª fase: 2010 a 2015

A produção de suínos diminuiu o ritmo de crescimento, e o tamanho médio do rebanho estabilizou no patamar de 2009 e 2010, enquanto a exportação apresentou tênue recuo.

Nesse período, os negócios de consolidação prosseguem na suinocultura brasileira. Em 2010, a Alibem adquiriu as unidades de produção da Cotrijal e da Cotrisal (no Rio Grande do Sul). Em 2011, a BRF, em parceria com a Copercampos, de Santa Catarina, inaugura a unidade industrial em Campos Novos. Dois anos depois, o frigorífico Marfrig vendeu o controle da Seara para a JBS Foods, que fez mais treze aquisições até 2015.

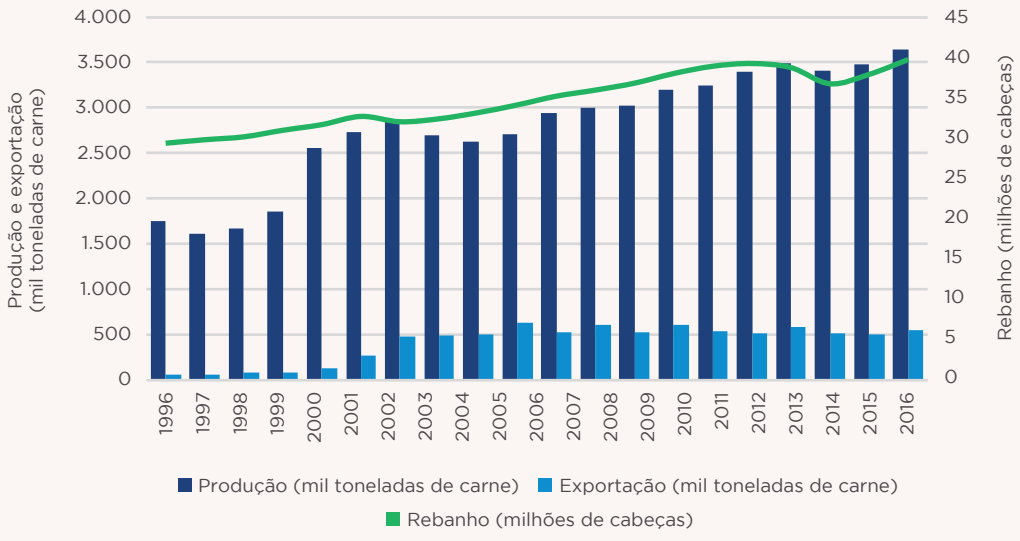
Na safra 2012/13, uma rigorosa seca nos Estados Unidos reduziu as colheitas de milho e soja, com elevação dos seus preços. A atividade suinícola nacional sofreu, então, uma forte pressão de custo. Os números não oficiais apontam uma liquidação de 170 mil matrizes, enquanto o plantel nacional foi reduzido em 2,0 milhões de cabeças durante o biênio, caindo de 38,7 milhões de cabeças, em 2012, para 36,7 milhões, em 2013.

Já em 2014, com boas margens de comercialização, a suinocultura injetou investimento em tecnologia de produção, aumentou o peso médio de abate e incrementou os níveis de produtividade.

Novos empreendimentos foram anunciados no estado do Paraná em 2015. As cooperativas Castrolanda, Frísia e Capal inauguraram a Unidade Industrial de Carnes (UIC) em Castro. Braço agroindustrial das cooperativas Lar (Medianeira), Copacol (Cafelândia), Copagril (Marechal Cândido Rondon), C.Vale (Palotina) e Primato (Toledo), a Frimesa começava as obras para a implantação do maior frigorífico de suínos do Brasil.

Além da economia brasileira em forte recessão desde 2015, neste ano subiram os preços do milho (por conta da falta de produto) e da soja (dada a desvalorização do real). Essa situação deixou em situação dramática as criações independentes e os frigoríficos na região Sul. A solução para esse problema estrutural é contornável, mas demanda políticas agrícolas de estímulo à produção e ao armazenamento destes grãos.

BRASIL: REBANHO, PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO



Fonte: IBGE; ABPA; MDIC

Potencial represado

A partir da crise financeira mundial de 2008, a exportação brasileira de carne suína não conseguiu emplacar uma trajetória firme de ascensão. De um lado, com fraco crescimento, a economia nacional não proporcionou um ambiente favorável para a capacidade de compra interna; de outro, o consumo *per capita* das carnes de aves e bovina mostra-se próximo dos níveis verificados em países desenvolvidos do hemisfério Norte. A exceção fica por conta da carne suína, que ainda possui grande espaço de crescimento do consumo *per capita*. Aqui, os espaços no mercado de proteína animal são disputados palmo a palmo.

Nesse cenário, o ciclo biológico da suinocultura configura uma de suas vantagens comparativas, pois é inferior ao da bovinocultura e possibilita um retorno mais rápido do capital investido. As condições de clima e água, bem como a disponibilidade de matéria-prima e mão de obra, são outros aspectos positivos. Já o sistema de produção em parceria, como é o caso dos modelos de integração com as agroindústrias, também é um fator de competitividade relevante.



Nesse *design* de produção, os investidores focam as ações na organização do sistema produtivo, na gestão operacional do empreendimento e no treinamento dos recursos humanos. Para completar, o esquema de parceria é uma alternativa para os planos de sustentação financeira, em que a agroindústria assume responsabilidade direta pela genética (matrizes e reprodutores), pela nutrição, pelo suporte técnico, pelo abate, pela industrialização e pela comercialização do produto final.

Diante desse cenário, a cadeia produtiva da carne suína é palco de acentuadas mudanças nos terrenos tecnológicos e de negócios, tanto na esfera da produção nas granjas, como no segmento industrial do processamento da carne. Os ganhos de produtividade em seus diversos elos conferem grande potencial de competitividade para todo o agronegócio.

Na suinocultura, como a nutrição representa praticamente 75% dos custos de produção, uma conjuntura de preços altos no milho e na soja causa impacto negativo na renda da criação. Esse desafio pode ser superado pela capacidade instalada de produção pronta para atender a demanda formada por criadores individuais, pequenos e médios frigoríficos, cooperativas e agroindústrias líderes. Todos eles estão envolvidos em um processo evolutivo sem precedentes na história da cadeia.

Com mais de duas dezenas de agroindústrias no País, a BRF, a JBS e a Cooperativa Central Aurora representam cerca de metade da produção brasileira de carne suína. Dois terços dela são realizados no sistema de contratos de integração. A coordenação agroindustrial é a principal estrutura de governança da cadeia produtiva, como se pode observar com o mapeamento dos cinco municípios de maiores efetivos de suínos no País: Uberlândia-MG, Rio Verde-GO, Toledo-PR, Concórdia-SC e Marechal Cândido Rondon-PR.

Organização da produção e *marketing*

A experiência norte-americana do Pork Checkoff (o fundo de desenvolvimento da suinocultura dos Estados Unidos) inspirou os criadores nacionais. No final de 2014, a Associação Brasileira dos Criadores de Suínos (ABCS) convocou as associações estaduais afiliadas e os produtores para integrarem o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Suinocultura (FNDS). A expectativa é chegar a uma representatividade de 600 mil matrizes em 2016 e 800 mil em 2017.

A própria ABCS fez um pioneiro e importante trabalho de promoção da carne suína, anos atrás, por meio do programa Um Novo Olhar Sobre a Carne Suína, com ações voltadas ao consumidor e apresentação do produto nos pontos de venda.

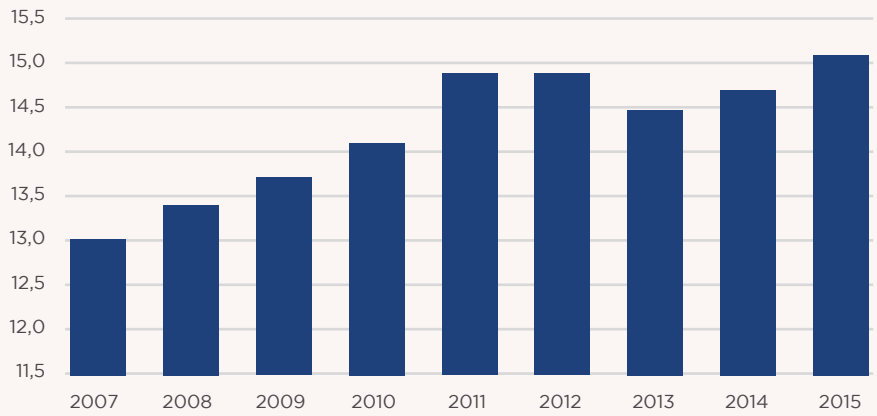
Também sob a liderança da ABCS, com o apoio de recursos do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), uma forte campanha de promoção da carne suína foi realizada no mercado interno: "Escolha + Carne Suína". Este projeto contou com ações educativas e de conscientização junto a nutricionistas e outros importantes formadores de opinião para melhorar a oferta do produto no varejo.

A Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) também montaram parcerias:

- Em 2015, levaram as agroindústrias produtoras e exportadoras de carnes de frango e suína a participarem da Anuga – a maior feira de *food service*, *catering* e comércio de varejo do mundo, na cidade de Colônia, na Alemanha;

- Em junho de 2016, desenvolveram agenda com autoridades chinesas, durante a FMA China 2016, em Xangai. Praticamente a metade das vendas externas brasileiras vai para Rússia e Hong Kong, sendo a China um potencial comprador anual de 1 milhão de toneladas da carne suína brasileira.

BRASIL: CONSUMO *PER CAPITA* POR ANO DE CARNE SUÍNA
(KG)



Fonte: ABPA

Tecnologia e expansão

Com a profissionalização e a evolução tecnológica do setor, é natural um contínuo aumento do volume de "fêmeas em granjas tecnificadas". Esta expansão acontece em maior proporção nos alojamentos das empresas e das cooperativas do sistema de integração. Em contraposição, encolhe a participação relativa dos pequenos suinocultores independentes na produção.

A região Sul possui a maior expressão em produção de suínos e detém quase 60% das matrizes tecnificadas alojadas no Brasil. Já o Sudeste, ao dispor de um plantel de 380 mil matrizes, é a segunda maior região produtora. O destaque vai para o estado de Minas Gerais, com aproximadamente 350 mil matrizes e a quarta posição do *ranking* nacional.

Desde meados dos anos 90 do século passado, por exemplo, as criações de Goiás e Mato Grosso ganharam proeminência nacional e, atualmente, abrigam 274 mil matrizes, com tendência de ultrapassar o Sudeste. Vantagens comparativas pesam bastante, como disponibilidade de grãos, abundância de água, clima favorável e topografia do solo – uma condição que possibilita melhor distribuição dos dejetos suínos, utilizados como adubo orgânico.

Mudança de modelos

Hoje, em genética, o Brasil equipara-se ao topo do mundo. Devido à complexidade de conhecimentos e tecnologias, são poucas as empresas no setor. A liderança é da Agroceres PIC, com quase 60% do mercado.

Entre as mudanças mais determinantes no sistema de produção de carne suína, estão aspectos como:

- Maior escala de produção e redução no número de produtores;

- Reestruturação dos sistemas produtivos, com a segregação da produção em múltiplos sítios e a implantação de Unidades Produtoras de Leitões (UPLs) e Unidades de Crescimento e Terminação (UTs). Essa prática prevalece, principalmente, nas integrações das regiões Sul e Centro-Oeste, mas também entre criadores independentes da região Sudeste;

- Disseminação do conceito de formulação própria de ração, na granja, dada a maior disponibilidade de/acesso a grãos na região Centro-Oeste.

Essa modernização propicia a emergência de associações de grupos de criadores, por meio de cooperativas ou mesmo consórcios, com o objetivo de coordenar a aquisição de insumos e a comercialização da produção. Os projetos envolvem a construção de unidades de abate e industrialização e, até mesmo, o lançamento de marcas próprias.

A verticalização de suinocultores independentes é, hoje, uma realidade. Vários criadores aproveitam as oportunidades surgidas à margem da forte máquina de cobertura comercial das grandes agroindústrias e cooperativas. Esses mercados de nicho – geográfico, de cortes e de conveniência – atraem criadores com perfil tecnológico consolidado e na busca de diferenciais competitivos para os seus empreendimentos. Como exemplos destes *cases*, podem-se citar empresas e marcas como Adelie Foods, Master/Sulita, Alegra Alimentos, Excelência, Saudali e Ciacarnes, entre outras.

Já as grandes agroindústrias passaram por um período de consolidação (com fusões e parcerias) e reorganização estruturais (corte de duplicidades de custo e desenvolvimento de sinergias). Agora, a tendência é partirem para um crescimento orgânico, até porque contam com projetos instalados no Centro-Oeste – como a BRF, em Lucas do Rio Verde-MT, e a JBS, em Dourados-MS.

12º Seminário Internacional

Tema: Investindo em Diferenciais de Competitividade

A cadeia produtiva de suinocultura brasileira atingiu estágio de alto padrão tecnológico e de gestão. Seus resultados positivos serão colhidos pelos agentes com larga experiência e conhecimento.

Entre as principais dificuldades para entrar neste setor, está o grau de tecnologia embarcada, como a climatização de granjas, técnicas reprodutivas de ponta, automação das atividades de manejo, estruturas voltadas ao bem-estar animal (como a gestação coletiva) e excelência em biossegurança.

A grande eficiência da disseminação de genes de maior valor, com as consequentes profissionalização e terceirização da produção de sêmen, é outra característica da vanguarda da atividade.

Na gestão da sustentabilidade das granjas, os biodigestores equacionam as questões do passivo ambiental (dejetos) e da geração de energia para as instalações, cujo excedente gerado chega a ser comercializado para redes locais de energia.

Enfim, com a sua forte especialização, a suinocultura gera barreiras aos investidores de outra origem. A sua singularidade tecnológica requer investimentos cada vez mais elevados em instalações e equipamentos. Por sua vez, há todo um capital de giro para tocar os custos correntes de produção e manutenção de bens fundiários. ■

* Agradecemos as colaborações e sugestões de Fernando Pereira e Alexandre Rosa, diretores da Agroceres PIC, e de Coriolano Xavier, sócio da Marketing Comunicação & Ação (MCA)



ÁGUA E AGRICULTURA

FÁBIO DE SALLES MEIRELLES
Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)



O BRASIL tem 4,5 milhões de hectares irrigados, enquanto estudos do Ministério da Integração Nacional (MI) mostram que o potencial de irrigação é de 30 milhões de hectares. Ao mesmo tempo, a FAO aponta que as mudanças climáticas vão necessitar investimentos de US$ 1,12 trilhão em irrigação agrícola e conservação do solo nos países em desenvolvimento para fazer frente às projeções de demanda de alimentos.

Se, por um lado, o crescimento da demanda mundial por alimentos deposita uma maior responsabilidade sobre a agricultura; por outro, o setor agropecuário é injustamente apontado como vilão, como grande consumidor de água. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) considera que a agricultura irrigada consome 70% da água do Planeta.

Em verdade, esta estatística não considera o efetivo consumo de água pelas plantas nem leva em conta o uso sazonal das lavouras irrigadas, o retorno da água por percolação e evapotranspiração e a relação entre o consumo efetivo e o volume utilizado na produção.

Para esclarecer, vejamos um exemplo: imaginem 1 hectare de soja com produtividade de 3.600 kg, que contém cerca de 18% de água, o equivalente a 648 L. Este é o consumo efetivo – a água contida nos grãos –, o que significa apenas 0,005% da precipitação média anual de uma região com 1.200 mm/ano.

Essas informações, fora de contexto, não contribuem para o debate. Temos de ter claro qual é o papel do setor rural na adequada gestão dos recursos hídricos. Portanto, é fundamental ter conhecimento e ações para evitar a escassez e garantir a disponibilidade de água em longo prazo, em quantidade e qualidade.

A agricultura é uma sólida salvaguarda do sistema hídrico, considerando que são nas áreas rurais que ocorrem os processos de infiltração, escorrimento superficial, recarga de lençóis e acumulação de água, contribuindo para amenizar situações de escassez e excesso de chuva.

O setor agropecuário tem desenvolvido competências para o adequado uso da água, mas os esforços, tanto públicos, quanto privados, dependem de planejamento e ações integradas.

Temos defendido e reafirmado que o uso racional da água deve sustentar-se na adoção de sistemas de irrigação mais eficientes e na colaboração com o poder público encarregado da concessão das outorgas de uso, tal como fizemos no Pacto pela Água, lançado em 2014.

Contudo, a eficácia na gestão desse recurso requer bons instrumentos, e a atual legislação carece de muitos aperfeiçoamentos. As exigências das normas são excessivas, onerosas e não viabilizam o cadastro de usuários e usos, instrumento-chave para o planejamento hídrico. A outorga eletrônica está sendo estudada, mas tudo indica que não facilitará a adequação dos irrigantes.

Há que se reconhecer, assim como ocorreu com o Código Florestal, que as exigências da legislação são excessivas e fogem da realidade do País. Deve-se cadastrar todos os usuários para, paulatinamente, adotar controles e estratégias mais específicos. É premente a revisão do arcabouço jurídico, de modo a lhe conferir cunho prático e exequibilidade. Cabe, também, estimular a mudança de comportamento dos usuários por meio de incentivos, ao invés de sanções, com a viabilização do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e do Programa Produtor de Água. ■

CODEX ALIMENTARIUS

SEGURANÇA ALIMENTAR DO CAMPO À MESA

MÁRIO VON ZUBEN

Engenheiro agrônomo pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), pós-graduado em Gestão Estratégica de Negócios pela Universidade de Calgary, no Canadá, e diretor executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)

CRIADO EM 1963 pelas Nações Unidas, por ato da Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) e da Organização Mundial da Saúde (OMS), integrado por cerca de 180 países, o Codex Alimentarius ou código alimentar é um fórum internacional de normatização dos alimentos processados, semiprocessados ou crus, na defesa da saúde dos consumidores e das boas práticas no comércio alimentício.

A participação e a defesa dos interesses nacionais nos comitês internacionais do Codex é o principal exercício do Comitê do Codex Alimentarius do Brasil (CCAB), diante da sua responsabilidade de observar as normas para a elaboração e a atualização da legislação brasileira dos alimentos.

No mês passado, a Comissão de Defesa Agropecuária do Instituto Pensar Agro (IPA), da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), realizou uma reunião para debater o tema "Estratégia do Alimento Seguro da Fazenda à Mesa". Na oportunidade, os representantes do Codex Alimentarius apresentaram as suas faces de governança, procedimentos, normas, principais casos em que o Brasil atuou e os atuais desafios.

Na ocasião, Alexandre Pontes, coordenador-geral de temas sanitários e fitossanitários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), destacou que "a conformidade com as normas do Codex amplia o acesso ao mercado externo dos produtos brasileiros".

De fato, a participação no Codex possibilita a divulgação de produtos, fortalece a posição da defesa sanitária e abre oportunidade para parcerias internacionais. É imprescindível uma harmonização na área regulatória com adequação às exigências internacionais.

Não obstante, nos últimos anos, a morosidade na liberação dos defensivos tem sido um dos principais entraves para os produtores rurais brasileiros acompanharem a evolução tecnológica e de regulamentação do setor na área de Defesa Sanitária. Com processos que levam cerca de oito anos para serem analisados, a produção de alimentos fica obsoleta.

Esse será um dos principais temas tratados na 40ª reunião do Codex, a ser realizada em Genebra, na Suíça, com a participação de 187 países participantes, em julho de 2017, quando será eleito o próximo presidente da Comissão do Codex Alimentarius (CAC). Pela primeira vez, o Brasil oficializou uma candidatura própria, com a indicação do ministro do MAPA, Blairo Maggi. Esse é um grande exemplo de protagonismo e liderança do agronegócio nacional.

COMPOSIÇÃO DO CCAB

- Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro);
- Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec);
- Ministérios das Relações Exteriores (MRE), da Saúde (MS), da Fazenda (MF), da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTI), da Justiça e Cidadania (MJ/DPC) e da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC/SECEX);
- Associações Brasileiras das Indústrias da Alimentação (ABIA) e de Normas Técnicas (ABNT);
- Confederações Nacionais da Indústria (CNI), da Agricultura e Pecuária (CNA) e do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). ■

DIÁRIO DE BORDO

BRASILEIROS!

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (FGV), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e presidente do LIDE Agronegócios

NEM O El Niño nem a geada de julho passado conseguiram desanimar os produtores rurais brasileiros. Perdas com seca, enchentes e frio fazem parte da vida rural, mas, neste ano, foram bem pesadas. Mesmo assim, há uma determinação de plantar uma nova grande safra 2016/17.

O Índice de Confiança do Agronegócio (IC Agro), calculado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) desde 2013, deu um salto positivo no segundo trimestre de 2016, tanto em relação ao trimestre anterior, quanto aos segundos trimestres passados. No segmento "dentro da porteira", o dos agropecuaristas, o índice superou a casa de 103! Trata-se de uma boa surpresa, até porque, desde sua criação, o índice nunca foi positivo – o que acontece quando fica acima de 100, número este que mostra equilíbrio: não há nem pessimismo, nem otimismo.



O que estaria por trás desse ânimo todo? É claro que a perspectiva de preços razoáveis para a próxima estação tem importância, mas eles eram bons também no ano passado. Aliás, a condição cambial de 2015 estava melhor do que a deste ano para exportações. Os cenários demandantes dos países emergentes são outro bom sinal, mas estão no horizonte já há algum tempo e não são novidade. Qual é a explicação?

Confiança deve ser a resposta. Com o final do exaustivo processo de *impeachment*, o "novo" governo tem, agora, de dizer a que veio e tratar de cumprir o prometido: preparar o País para uma nova fase de desenvolvimento sustentado, gerando empregos, melhorando a logística, fazendo o ajuste fiscal, atraindo investidores e colocando a inflação na meta. São obviedades, mas que não aconteciam no governo encerrado.

E parece que o campo confia que isso vai acontecer agora. Os primeiros passos são bons, especialmente no que diz respeito a uma coordenação essencial entre os órgãos de governo que lidam com a área rural: Ministérios da Fazenda (MF), da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), das Relações Exteriores (MRE) e do Meio Ambiente (MMA), além de instituições e agências reguladoras como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) etc. As relações do Executivo com o Legislativo (leia-se Frente Parlamentar da Agropecuária) são muito positivas, bem como com as entidades representativas do agro. Agriculturas familiar e empresarial recebem atenção igual e equilibrada.

Resta, agora, consertar velhos problemas que nos tiram competitividade, desde a trágica logística até as recorrentes questões da renda rural, da política comercial, da modernização de legislações obsoletas e de recursos para ciência e tecnologia, além da melhoria da produtividade do trabalho. São assuntos que estão na agenda declarada do novo governo. Vamos esperar com otimismo, mostra o IC Agro.

Enquanto isso, temos que ir mudando de atitude: não podemos mais ficar defendendo políticas específicas para o campo. Os temas antes referidos interessam a todos os brasileiros. Vamos, então, defender uma logística para o Brasil, e não exclusivamente para o agro; uma política de renda para todos, e não apenas para o campo; abrir mercados para todos os setores, e não só para nós; modernizar as legislações trabalhista, previdenciária e tributária para os brasileiros todos. Se defendemos unicamente o campo, acabamos nos marginalizando. Afinal, não somos só agricultores brasileiros; antes disso, somos brasileiros agricultores. ■

PRODUZIR

UMA NOVA MARCA PARA O AGRO BRASILEIRO

MARCELO VIEIRA
Vice-presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

A ABERTURA das Olimpíadas, no Rio de Janeiro, foi uma bela demonstração da importância do meio ambiente para o brasileiro, com incentivo ao plantio de árvores e a distribuição de sementes aos atletas. Visto pelo mundo como uma região com grandes desafios ambientais, o Brasil preserva, proporcionalmente, mais do que qualquer outro país desenvolvido – 62% de seu território.

A realidade da agricultura brasileira é de alta produtividade, com novas tecnologias desenvolvidas especialmente para o ambiente tropical e que a fazem uma das mais eficientes em termos de emissões de carbono. Além disso, o agronegócio é um importante gerador de renda para comunidades do interior, com estrutura trabalhista baseada na responsabilidade social.

Nesse contexto, temos, ainda, uma das matrizes energéticas mais limpas do globo, baseada em energias renováveis (hídrica, biomassa, solar e eólica), produzidas responsavelmente e com baixo impacto ambiental. Soma-se a isso a importante participação do biocombustível (etanol) em nossa frota automotiva. E nos comprometemos, no Acordo de Paris, a aumentar significativamente a participação dos renováveis – dobrar o uso de etanol e quintuplicar o uso de energia elétrica de biomassa. Com os demais compromissos de nossa INDC (sigla em inglês para Contribuição Pretendida Determinada Nacionalmente), agora oficial após aprovação pelo Congresso, o agronegócio contribuirá com a restauração de milhões de hectares de floresta e de pastagens degradadas e a expansão da integração lavoura-pecuária-floresta, no desenvolvimento de um novo modelo de agropecuária intensificada e sustentável.

Os principais críticos da nossa produção, os agricultores europeus e norte-americanos, não têm obrigação de preservação ambiental como a brasileira, que demanda em toda propriedade rural uma Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente – margens de rios e córregos, topos de montes e áreas de alta inclinação. Nossos competidores têm importantes subsídios de seus governos e não têm obrigação comparável à nossa Reserva Legal. A maioria de seus trabalhadores nas principais regiões produtoras são imigrantes ilegais, sem direitos trabalhistas assegurados, em condições precárias, estafantes e inseguras. Ainda assim, os lobistas do *agribusiness* tentam apontar irregularidades trabalhistas no Brasil – que aqui são duramente reprimidas – para bloquear nosso acesso a seus mercados.

O Brasil precisa criar uma nova marca, a exemplo do que foi feito com o café há vinte anos, quando éramos conhecidos por um produto de baixa qualidade e, então, reposicionamo-nos com trabalho árduo em nossos principais mercados. Hoje, o País oferece cafés de excelente qualidade, grande variedade de sabores e o melhor padrão de sustentabilidade.

Neste momento em que a opinião pública mundial se volta a iniciativas que diminuam os riscos climáticos, é hora de mostrarmos quão responsável é a produção brasileira, de nos valorizarmos e garantirmos acesso aos principais mercados. É hora de mostrarmos a liderança na agricultura de baixo carbono, a qualidade de nossa produção de alimentos, a responsabilidade social e o baixo impacto ambiental. ■



OPINIÃO

A DIMENSÃO DA AGROPECUÁRIA PAULISTA

ARNALDO JARDIM
Deputado federal licenciado (PPS-SP) e secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

INICIAMOS NO dia 1º de agosto o Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA). Trata-se do censo agropecuário paulista, essencial para guiar as ações do governo do estado em favor do único setor da economia que sustentou crescimento em meio à crise atual. Queremos saber quantos e quem são os nossos amigos do campo, quais culturas são desenvolvidas e como está a incorporação prática dos resultados de nossas pesquisas.

É olhar com lupa cada propriedade rural paulista, detalhar o potencial, identificar as oportunidades e, assim, buscar atender as demandas. O anúncio da realização do LUPA pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) foi feito pelo governador Geraldo Alckmin em uma data mais do que especial: 28 de julho, Dia do Agricultor. Em menos de dez dias de trabalho, já havíamos realizado o levantamento em pelo menos 2.750 propriedades.



O agropecuarista é o foco principal neste levantamento, ainda mais importante diante da incerteza da realização do Censo Agropecuário pelo governo federal. Nossa Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) está em campo com equipamentos conectados à internet, permitindo a atualização em tempo real dos dados coletados no LUPA de 2007-2008 e com a mobilização de funcionários dedicados que honram a instituição.

O levantamento de 2007-2008 identificou 324.601 Unidades de Produção Agropecuária (UPAs), sendo que a maioria delas, 23,95%, tem até 20,50 hectares, representando 2.467.251,29 hectares paulistas. Na ocupação do solo, a área complementar predominava em 268.485 propriedades, representando 82,71% do total.

Na pecuária, o domínio era da bovinocultura mista, que estava em 116.026 propriedades, somando 4.489.161 cabeças. O LUPA organiza, também, os números sobre laranja (presente em 20.720 UPAs), milho (51.694), café (23.737), soja (7.816), feijão (10.290), banana (7.707), tomate (2.153), batata (817) e limão (5.887), além das culturas anuais e perenes.

Apoiados pelo corpo técnico do Instituto de Economia Agrícola (IEA), da SAA, cerca de 850 dos nossos extensionistas percorrerão, até julho de 2017, os 645 municípios paulistas para aplicar questionários individuais. Este trabalho contará, ainda, com o apoio de prefeituras municipais e entidades do setor, o que ampliará a nossa capacidade de bem retratar a realidade.

São novos dados a serem somados àqueles fornecidos pelo homem do campo no preenchimento do Cadastro Ambiental Rural (CAR), ainda sendo realizado. Conseguiremos um cruzamento interessante das informações sobre a conservação ambiental com os dados sobre a produção. Teremos condições de mapear iniciativas alinhadas à atualidade, como o plantio direto e a produção de orgânicos, e condições de enumerar os rebanhos, detalhar o uso da hidroponia, das sementes geneticamente melhoradas e do cultivo em estufas e as práticas de conservação do solo.

É essencial esse conjunto de dados e informações para embasar a formulação de políticas públicas e verificar a eficácia e a eficiência das já executadas, dando, assim, consistência e perenidade às iniciativas e estimulando a busca de incremento da produtividade e o aumento da renda aos agricultores e aos produtores rurais paulistas. ■

REFLEXÃO

LIDERAR E TER PROTAGONISMO

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

OCORRIDO NO mês passado, tendo como tema "Liderança e Protagonismo", o 15º Congresso Brasileiro do Agronegócio (CBA) trouxe à tona diversos assuntos relevantes. O reconhecimento da evolução excepcional do agronegócio brasileiro nos últimos trinta anos é evidente. O setor passou do papel de importador para a posição de segundo maior exportador de produtos agroindustriais no Planeta.

Os painéis mostraram que a incorporação das nossas terras do Cerrado, graças ao desenvolvimento tecnológico brasileiro na lógica tropical, mudou o sentido da simples adaptação das práticas feitas para o mundo temperado. Por outro lado, são grandes as preocupações com as dificuldades financeiras das instituições de pesquisa e desenvolvimento no País, com o agravante do baixo porcentual dos orçamentos das empresas privadas aplicados em inovação tecnológica.

Face à sua expressiva participação no PIB nacional, caracterizou-se o fato que o agronegócio precisa estar mais ativo nas discussões dos grandes temas nacionais. A velocidade das mudanças estruturais no mundo atual obriga uma reflexão quanto ao modelo de atuação das entidades nas várias cadeias produtivas, principalmente com o foco de mais mercado e menos governo, levando à valorização da atuação nos temas transversais do setor.

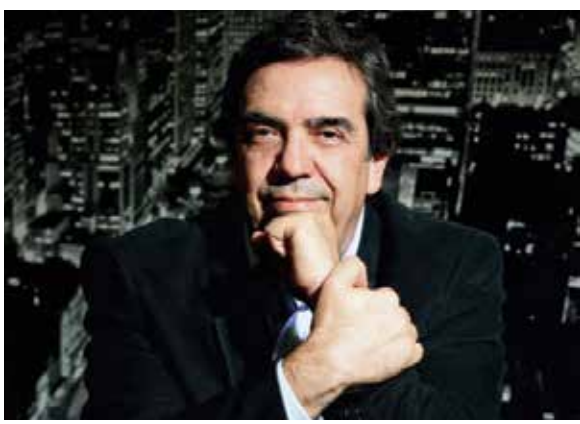
Existe uma concordância de que os diagnósticos já foram realizados. É preciso, portanto, ação. O desafio é grande, diante de um ambiente internacional estagnado, com o Brasil em recessão, tendo de controlar seu monumental déficit fiscal.

O fato de os primeiros sinais de recuperação da economia poderem ser vistos traz ânimo. Temos de superar a falta de confiança dos investidores. O modelo econômico falido implantado pelo Governo nos últimos anos terá de ser revisto. O Brasil é rico em recursos naturais, com grande população e necessidade de brutal esforço em educação, porém carece de capital.

Precisamos de políticas aceleradoras na implementação dos projetos em infraestrutura. Os custos da logística precária certamente travarão a expansão da oferta de produtos pelo agronegócio brasileiro. O País é estimulado a responder, nas próximas décadas, pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por 40% do adicional da produção de alimentos no mundo. Isso origina-se da lógica dos limites do Planeta e da caracterização do Brasil como um dos poucos países em condição de expandir a oferta de produtos alimentares neste século XXI.

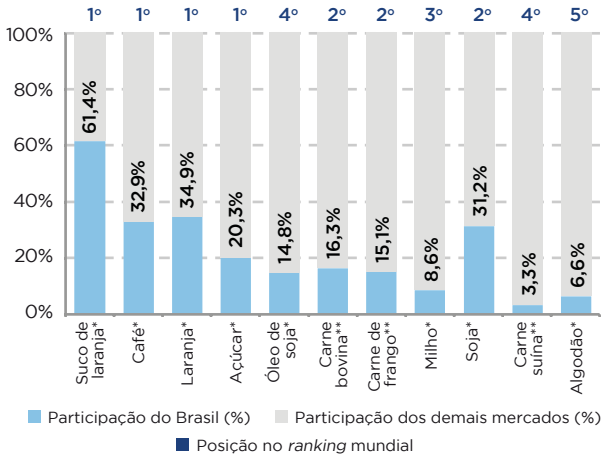
A ética nos negócios e nas relações entre as áreas públicas e privadas constitui a mudança fundamental esperada nesta fase do Brasil pós-mensalão e em plena operação Lava-Jato. A discussão estende-se à importância de buscar um padrão baseado em menos intervenção de governo e mais mercado, no entanto sempre com ética. As questões transversais ganham dimensão na luta por reduzirem o custo Brasil e valorizarem as distorções do mercado. A proposta recomenda maior integração das entidades em torno destes objetivos comuns.

Para tanto, as reformas trabalhista, tributária, previdenciária e política representam as mudanças estruturais reclamadas pela sociedade. Os impactos terão consequências importantes na disponibilidade de recursos para crédito, seguro e orçamento público essencial. ■



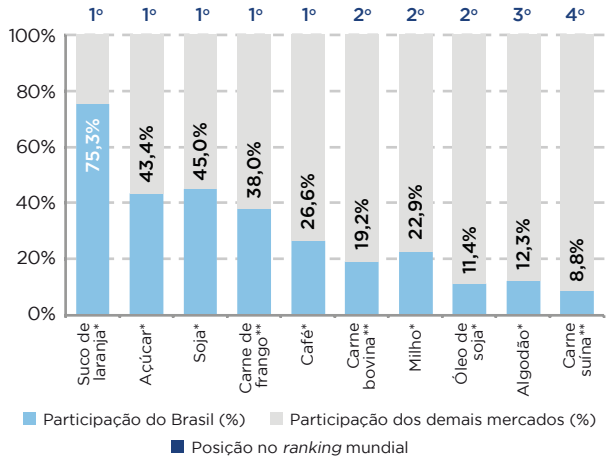
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2015/16



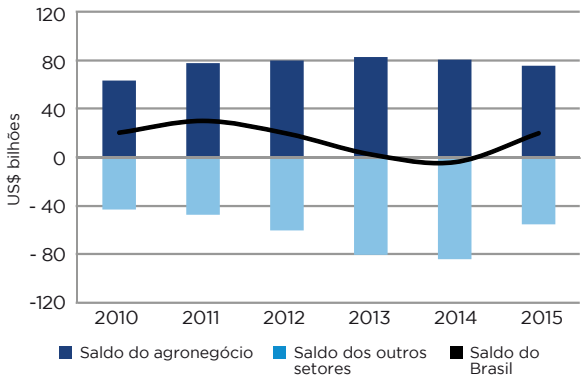
* 2015/16; ** 2016
Fonte: USDA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO EXPORTADOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2015/16



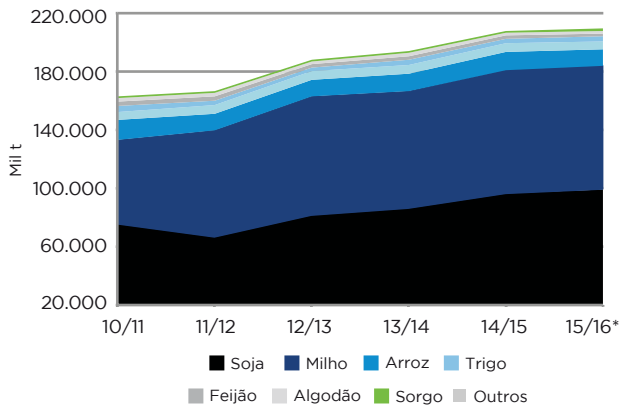
* 2015/16; ** 2016
Fonte: USDA; CNA

BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL



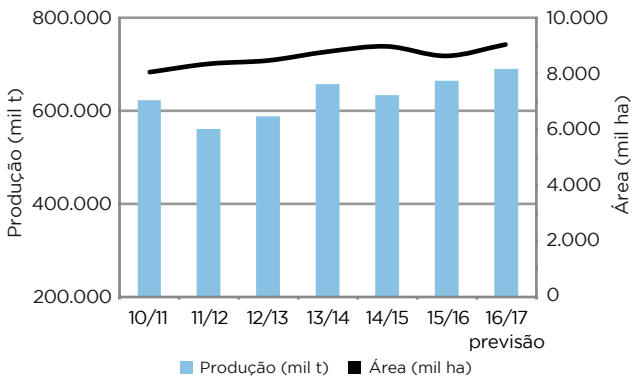
Fonte: SECEX

BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS, POR PRODUTO



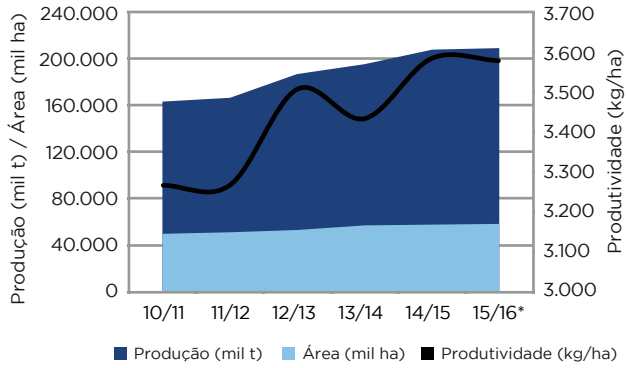
* Previsão em abril de 2016
Fonte: Conab

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR



Fonte: UNICA; Conab

BRASIL: ÁREA PLANTADA COM GRÃOS, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



* Estimativa em abril de 2016
Fonte: Conab